

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”

Campus Experimental de Ourinhos

Anderson Aparecido de Souza

A territorialização das Greves em Ourinhos/SP (2003/2012).

Ourinhos-SP
2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”

Campus Experimental de Ourinhos

A territorialização das greves em Ourinhos/SP, (2003/2012)

Anderson Aparecido de Souza

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à banca examinadora para obtenção do título
de Bacharel em Geografia pela UNESP –
Campus Experimental de Ourinhos

Orientador: Dr. Marcelo Dornellis Carvalhal

Ourinhos-SP

Resumo

O presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo analisar os fatores que influenciam na dinâmica de territorialização das greves e manifestações de âmbito político territorial na cidade de Ourinhos. Utilizando para isso elementos de análise geográfica capazes de visualizar as dimensões sociais que participam da consolidação de fatores de contraposição, ao processo de homogeneização desencadeado pela ampliação do sistema capitalista de produção. A partir da escala global podemos compreender como se desenvolve as relações de dominação e controle, cuja materialização pode ser observada numa escala espacial local, a reestruturação produtiva acompanhada pela revolução tecnológica e associada à desregulamentação do mercado de trabalho, possibilitou um grande retrocesso e aumento da exploração dos trabalhadores. O âmbito econômico de relações internacionais cuja principal característica concentra-se ainda hoje, em relações desiguais, representada pelo desenvolvimento desigual e combinado, concretiza-se no subdesenvolvimento do Brasil como elemento de fragilização da resistência sindical e proletária. Contribuindo para este quadro de análise as dimensões políticas e culturais da sociedade, imbricadas nas relações de dominação, perpassando por significativas transformações, influenciadas pelos diferentes momentos históricos do capital. Levando ao conjunto de fatores de transformação da vida humana, o aumento da exploração no mundo do trabalho, cuja estrutura sindical sofre severas modificações direcionadas a redução de sua combatividade. Observadas em diferentes localidades, onde uma delas é a região do oeste paulista, mais especificamente a cidade de Ourinhos, influenciada pela conjuntura de complexos e diversos fatores mundiais que produzem ações de enfrentamento, representadas através da materialização de manifestações política territorial, as greves, territorializadas, sobrepondo-se a dominação e exploração num dado momento e espaço.

Palavras chave: Trabalho, greve, política, territorialização.

Abstract

The purpose of the following thesis is analyse facts that influence in the dynamic of strikes territorialisation and manifestations in the political context in Ourinhos. Capable elements of geography was used to visualize social dimensions which take part of facts consolidation of contraposition. In the homogenization process that has being unleashed due to the capitalist system increases. From the global scale we can understand how the relation of domination and control develops, which materialization can be analysed in a local spatial scale. The productive restructuring followed by technology revolution and associated to labour market deregulation, enabled a large regress and exploitation of workers raise. The economic side of international relations which the main characteristic still concentrated in unequal relations is represented by uneven and combined development. This is concretized in the Brazilian underdevelopment as an element of embrittlement of union resistance and proletarian Contributing to this analysis chart of politics, cultural and society dimensions, associated to relations of domination, followed by significant changes and influenced by different historic capital moments. Leading all the transformation factors of human life, the increase of exploration in the world of work, which the union structure suffers severe modification directed to the reduction of your combativeness. Observed in different locations, where one of them is the western region of São Paulo, more specifically in the city of Ourinhos, which is influenced by conjuncture complex and several world facts that produce actions of coping. Represented by materialization of territorial political demonstrations, strikes, territorialized, overlaying the domination and exploration at a certain moment and space.

Keywords: work, strike, politics, territorialisation

Sumário

1. Lista de Tabela.....	5
2. Introdução.	6
3. Fundamentação teórica	12
4. O subdesenvolvimento nacional como fortificador da exploração no trabalho.	24
5. A escola como elemento condutor da hegemonia de classe.....	31
6. A estrutura sindical brasileira no contexto de reestruturação do capital.....	37
7. Um recorte temporal possibilitando entender a dinâmica de territorialização das greves em Ourinhos	43
8. Considerações Finais.....	61
9. Referências Bibliográficas.....	63

1. Lista de Tabela

Tabela 1. Media anual de greves no Brasil por períodos político-econômicos.

Tabela 2. Total de greves e horas paradas nas esferas pública e privada, por setor de atividade, Brasil 2004.

Tabela 3. Total de greves e horas paradas nas esferas pública e privada, por setor de atividade, Brasil 2005.

Tabela 4. Total de greves e horas paradas nas esferas pública e privada, por setor de atividade, Brasil 2010 e 2011.

Tabela 5. Total de greves e horas paradas nas esferas pública e privada, por setor de atividade, Brasil 2012.

2. Introdução.

O trabalho move o mundo, as condições técnicas alcançadas pelo desenvolvimento material são movidas pela força da mão-de-obra, distribuídas em espaços e condições diferenciadas.

O sentido ontológico de execução do trabalho como forma de manifestação, manutenção e desenvolvimento da vida foi, substituído pela intencionalidade de obtenção do lucro a partir da apropriação dos instrumentos e de sua força de execução.

Contanto chega-se ao período que talvez seja em si mesmo, uma depuração da condição humana, a “civilização”, não trouxe com sigio, melhores condições de vida a grande maioria, pelo contrário o que se observa hoje é um aprofundamento da pobreza e exploração a nível mundial.

Chegamos ao tempo de absoluta depuração.
 Tempo que não se diz mais: meu amor
 Porque o amor resultou inútil
 E olhos não choram.
 E as mãos tecem apenas o rude trabalho.
 E o coração está seco.
 Em vão mulheres batem a porta, não abrias.
 Ficaste sozinho, a luz apagou.
 Mais na sombra seus olhos resplandecem enormes.
 És todo certeza, já não sabe mais sofrer.
 E nada esperas de teus amigos.
 Pouco importa, venha a velhice, que é a velhice?
 Teus ombros suportam o mundo.
 E ele não pesa mais do que a mão de uma criança.
 As guerras, as fomes, as discussões dentro dos edifícios.
 Provam apenas que a vida prossegue.
 E nem todos se libertaram ainda.
 Alguns, achando bárbaro o espetáculo.
 Preferiam (os delicados) morrer.
 Chegou um tempo que não adianta morrer.
 Chegou um tempo que a vida é uma ordem.
 A vida apenas, sem mistificação.
 (ANDRADE, Carlos Drummond).

Como se manifesta no espaço o poder desta ordem, a qual se refere Drummond, a partir desta indagação pretendemos desenvolver uma análise geográfica sobre a temática do trabalho, no sentido de encontrarmos respostas que contribuam na compreensão das contradições existentes em seu bojo.

Focalizando nosso olhar sobre as manifestações de resistência, territorializadas ou em processo de territorialização, dos trabalhadores, entendidos nesta proposta como um dos principais agentes na construção do tencionamento e enfrentamento a ordem, ou seja, ao tempo que a vida é uma ordem.

Para discutirmos o processo de territorialização das manifestações de trabalhadores num dado espaço pode considerar-se a dinâmica relação existente entre global e local, na

atualidade presenciamos um significativo processo de correlação entre as duas escalas espaciais.

A configuração das relações sociais pode ser considerada hoje reflexos de relações desencadeadas em uma esfera muito distante das realidades locais, o advento de novas formas mercadológicas instrumentalizadas por novas técnicas e modos pragmáticos de produtividade podem ser considerados o palco desta contemporânea fase da humanidade.

O processo de mundialização da economia capitalista, ou melhor, expresso nas palavras de (CHENAIS, 1996, p. 17), “mais exatamente a substancia do termo em inglês globalização que traduz a capacidade e estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta globais”, interferem diretamente nas relações entre capital e trabalho.

Podemos entender que as formas de organização do proletariado receberam direta influência dos processos desencadeados pela reestruturação do capital, mundialização, ou espaços de globalização, mais especificamente novas formas de exploração foram racionalizadas aumentando a eficácia da produtividade e do lucro, aliadas a desregulamentações no mercado de trabalho viabilizadas por meios institucionais representados pelo Estado.

Diante desse novo quadro socioeconômico os objetivos de grandes empresas ou agentes econômicos atuantes em escalas nacionais ou continentais, atinge diretamente as localidades, o chão da fábrica cuja materialização da exploração da mais valia a nível global pode ser constatada, voltaremos a essa discussão mais adiante.

A configuração estrutural do processo de escalaridades de controle político e econômico, facilitada pelo desenvolvimento de novas técnicas, com esta finalidade, possibilita ao capital racionalizar suas demandas, sua efetividade.

Podemos considerar a construção de um sistema de redes de extração de mais valia, cuja objetividade é facilitada por suas características que retratam “uma infraestrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia ou informação, e que se inscrevem sobre um território onde se caracteriza pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação”. (SANTOS apud, CURIEN 1988, P. 212).

O desenvolvimento tecnológico permite hoje aos grandes agentes econômicos realinhar suas áreas espaciais de interesse econômico, a partir da instrumentalização tecnológica e das forças políticas e econômicas de dominação, as localidades de interesse são atingidas por ordens e forças externas, que não atendem aos seus interesses locais.

Nessa discussão podemos ressaltar a postura científica, meio pelo qual o desenvolvimento tecnológico se realiza, aproximando-se de forma significativa ao

funcionamento do livre mercado, os ditames científicos Infelizmente associaram-se a este quadro de racionalização da produtividade, desempenhando papel fundamental.

Outrora, era às políticas de ciência que cabia administrar as ambições e as esperanças – e também as imperfeições, as impotências, até os acidentes – do progresso técnico. A irrupção da lógica de mercado no mundo da ciência e da tecnologia veio mudar tudo. (...) A abordagem dos problemas compete as necessidades da economia mercantil, que impulsiona a internacionalização dos mercados (...) Queimou-se um fusível: aquele que proporcionava, entre os cientistas e mercadores, um espaço onde as questões em jogo podiam ser percebidas com um pouco mais de grandeza. (CHESNAIS apud G. FERNÉ, 1993).

A forma de atuação de grandes empresas assemelha-se a atividades parasitarias cuja principal finalidade é obtenção do máximo benefício possível, através de fusões que ampliam a força econômica das transnacionais, pode observar-se na atualidade um extremo processo de concentração produtiva levando a radicais transformações da organização do trabalho.

A mobilidade adquirida pelo capital associa-se ao interesse de tirar proveito das condições estruturais do livre mercado, e da submissão política e econômica dos países em via de desenvolvimento assim,

Ao dos oligopólios estabelecidos nas indústrias de alta tecnologia e nas grandes indústrias mecânicas, existem indústrias onde, ao contrário, a existência do grupo repousa, de maneira imediata e quase exclusiva, em sua capacidade de tirar proveito da liberalização do comércio exterior e da telemática, a fim de se beneficiarem dos baixos custos salariais e da ausência de legislação social para deslocalizar. (CHESNAIS apud J. ARTHUIS, 1993).

Os condicionantes estruturais para livre circulação do capital estimularam as desregulamentações no mercado de trabalho e legislações sociais, e também podemos adicionar ambientais, os grandes grupos transnacionais movem-se de um lugar para outro com extrema facilidade, o Brasil pode ser considerado membro do grupo de países que condicionou a legislação trabalhista para atender aos interesses empresariais em diversos momentos de sua história.

Adentraremos a esta problemática nas páginas seguintes, cabe no momento ressaltar a existência de um processo político de cooptação das lideranças sindicais e institucionalização da organização sindical, objetivando o pleno desempenho das forças do capital.

No momento estamos interessados em realizar uma contextualização sobre o processo desempenhado pela expansão dos condicionantes estruturais do grande capital, cujo processo de mundialização analisado por CHESNAI, expressa coerente compreensão sobre seu reflexo perverso nas localidades, direcionando a busca de elementos explicativos na ação territorializante dos trabalhadores contra o mesmo.

Partindo da proposta teórica espacial de (SANTOS, 2009), cujo espaço é um híbrido indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, podemos levar em consideração

a interferência concreta do processo de instrumentalização das forças produtivas do capital nas relações sociais, mais especificamente na forma de organização dos trabalhadores.

As relações sociais movem-se conduzidas pelo mecanicismo tecnológico, interferindo sobre as diferentes possibilidades de auto-organização, elementos inovadores influenciados pela padronização comportamental permitiu ao capital criar novos valores sociais pautados principalmente na competitividade.

A perversidade sistêmica que esta na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização. (SANTOS 2009, p.20).

As características da globalização ao qual o autor citado refere-se revelam uma transformação extremamente significativa na sociedade e que podem ser observadas nas relações de trabalho como demonstra (OMAN, 1994), “hoje o determinante essencial é a transformação em profundidade do modo predominante de organização do trabalho”.

O trabalho é forjado no conjunto de elementos fundamentalmente viabilizadores de extração de lucro, os mecanismos globais de reestruturação produtiva do capital viabilizam esta nova realidade, uma nova configuração da vida e do trabalho em escala global é materializada.

Na perspectiva teórica desenvolvida por CHESNAI sobre o processo de mundialização do capital, podemos evidenciar processos de flexibilização e desregulamentação nas relações de trabalho, imbricadas ao modo de produção capitalista.

Apesar das grandes diferenças que houve (e ainda há) entre os principais países capitalistas, nesse aspecto, o modelo americano e inglês com eixo na desregulamentação e na flexibilização dos contratos de trabalho, vem ganhando terreno regularmente, cada passo dado na introdução da automatização contemporânea, baseada nos microprocessadores foi uma oportunidade para destruir as formas anteriores de relações contratuais, e também os meios inventados pelos operários, com base em técnicas de produção estabilizadas, para resistir à exploração no local de trabalho. (CHESNAI, 1996, p 35).

A partir dos meados da década de 1980 dois polos políticos, econômicos e culturais de dominação, EUA e Inglaterra iniciaram uma deflagração de retrocessos das conquistas sociais e democráticas, a luta da classe operaria produziu uma significativa redução dos níveis de exploração no trabalho, entretanto com o advento do processo de reestruturação, mundialização do capital os condicionantes estruturais de exploração sofrem novas investidas.

Podemos considerar que a exploração no trabalho nunca foi extinta, nos moldes das organizações sociais humanas contemporâneas, mais as atividades desencadeadas pelas lutas organizadas por trabalhadores como já exposta acima, obteve uma relevante diminuição e combate a essa condição.

Um ponto que merece destaque nesta exposição é a relação de combatividade erigida dentro de um contexto de organização do trabalho nos moldes fordistas, que remontam o florescer das organizações fabris, e as formas de organização de trabalhadores nos moldes toyotista ou “Just. In-time”, podemos nos questionar, quão impactante foi este processo nas relações dos trabalhadores com suas formas organizativas.

A eficácia extremada dos novos modelos de organização do trabalho constituíram novos empecilhos, cujo enfrentamento aos interesses do capital tornam-se cada vez mais difíceis,

Hoje os grandes grupos adotaram essas técnicas, muitas vezes, suas operações no exterior especialmente em países mais fracos serviram de terreno de experimentação, antes de aplicar os sistemas no país de origem ou nos países vizinhos, pertencentes ao mercado triádico. A implementação da produção sem gorduras de pessoal, não elimina o interesse das multinacionais por locais de produção de baixos salários, mais elas não precisam mais deslocar-se milhares de quilômetros para achar esses locais. (CHESNAI, 1996, p.35).

Essa condição de exploração extremada caracteriza um perverso quadro para os indivíduos que dependem da sua força de trabalho para sobreviver, o processo de mundialização do capital e o desenvolvimento de espaços da globalização são considerados nesta proposta de análise os respectivos condutores e produtores desta realidade.

A enorme transformação ou o processo de ocidentalização na perspectiva teórica de, (HOBBSAWN, 1996), possibilitaram um controle efetivo das formas de organização do trabalho a níveis globais, o desenvolvimento impositivo e constante da idéia de livre mercado, influencia o ideal de liberalização dos mercados internacionais, acompanhado pela desregulamentação no mercado de trabalho.

Os indivíduos perderam a capacidade de produzir sua condição de subsistência a partir de sua própria lógica espacial, a expansão da “civilização”, possibilitou que culturas orgânicas fossem erradicadas, substituídas pela imposição cultural etnocêntrica, forjando um quadro social de necessidades construídas, imbricadas ao consumo cego e desenfreado.

O trabalho passa a ser não mais fonte de transformação da vida associada a sua localidade e sim, determinado pela intencionalidade de homogeneização espacial, criando uma complexa realidade onde, "o mundo em via de homogeneização, de unificação e de organização, ao mesmo tempo está em via de heterogeneização, de desorganização, de conflito e de crise" (Edgar Morin).

O processo de homogeneização proposto pelo recente modelo de organização social econômica pretende a homogeneização das relações sociais e precisamente as relações de trabalho, entretanto os espaços de recepção das forças econômicas, ou seja, as localidades fornecem especificidades que tencionam de forma significativa as forças externas de padronização e racionalização das atividades humanas.

Para reafirmarmos nossa explanação sobre as potencialidade do lugar pode-se, buscar referencias teóricas nas palavras de (SANTOS, 2009, p.322), quando o mesmo diz que,.

O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vem solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (MILTON SANTOS).

Desta forma entende-se nesta análise as manifestações de ações de cunho político e territorializadas, mais especificamente as greves, como potencialidades espaciais de espontaneidades contra as forças exploratórias do capital.

Força essa que produz constantemente enorme tencionamento local, através de meios técnicos políticos facilitadores, a existência de uma dialética entre o global e local pode ser constatada na dinâmica formação sócio espacial local.

O comando sobre os condicionantes de formação de organização do trabalho sofre influencia de relações internas e externas,

A sociedade local, comanda, sobretudo os aspectos técnicos do trabalho local, enquanto é residual e incompleto seu comando sobre os aspectos políticos do trabalho local, cujo controle se dá em outras instancias, superiores e distantes. Hoje, o centro de decisão pode encontrar-se no estrangeiro, no mesmo continente ou em outro, (SANTOS 2009, p. 273).

Percebemos através da exposição acima que as relações de decisão política da atividade de organização do trabalho são externas, a intencionalidade produtiva não tem relação com a localidade, o objetivo da produção realiza-se numa esfera de lucratividade, utilizando-se de forma exploratória os “benefícios” propiciados pelo desenvolvimento desigual e combinado.

Entretanto a reação contraria ocorrem em escalas menores demonstrando a possível ineficiência do poder homogeneizador do capital, a organização política de grupos de trabalhadores demonstrou significativa potencialidade de atuação em diversas espacialidades inclusive no Brasil.

Tendo em vista enfrentar a espoliação no mundo do trabalho os movimentos sindicais no país sofrem forte influencia na sua constituição e organização de tendências políticas anarquistas e comunistas no inicio do século XX.

Essa questão merece significativa atenção no momento, apresentaremos algumas pontuações sobre a mesma, no sentido de orientar o caminho que desejamos trilhar, com o desenvolvimento da proposta de análise, aprofundaremos suas problemáticas relacionadas diretamente ao mundo dos trabalhadores brasileiros no capítulo que lhe cabe.

O primeiro apontamento que indica nossa estrutura de reflexão enquadra-se na tênue ligação que se realiza hoje, entre organizações de trabalhadores assalariados e herança do trabalho escravo no Brasil, um segundo ponto merecedor de reflexão é a

verticalização das doutrinas políticas externas que influenciaram a constituição do movimento sindical brasileiro.

Um terceiro apontamento indica para direção de compreendermos a dinâmica de territorialização das organizações do proletariado no estado de São Paulo a partir da identificação cultural, dentro de uma análise geográfica cujo espaço é um híbrido de relações humanas materializadas e abstratas, não podendo fragmentar-se, ou, ocultar sua evidente complexidade.

O presente trabalho pretende apresentar alguns condicionantes políticos, históricos, econômicos e culturais do processo de territorialização das greves, dentro de um recorte espacial a nível nacional, estadual e municipal, cuja cidade de Ourinhos localizada no extremo oeste paulista é utilizada como objeto de estudo, podendo evidenciar as vicissitudes encontradas na atualidade das forças organizativas do proletariado.

Fica evidente a relevância do lugar e do território no presente estudo, merecendo o segundo conceito um aprofundamento reflexivo e teórico, objetivando facilitar a compreensão do mesmo, muitas vezes deturpada.

Preocupamo-nos também em relacionar a todo o momento a influência do global e local, escalas geográficas de análise que facilitam a compreensão das relações humanas hoje mais próximas do nunca.

3. Fundamentação teórica

É imprescindível numa análise de territorialização a abordagem inicial do conceito de território para compreendermos como o mesmo se manifesta, nossa análise pretende demonstrar um estudo sobre a dinâmica relacionada às territorializações de greves e também concomitantemente, manifestações sociais de caráter político territorial na cidade de Ourinhos e região.

Abordando a noção de território dentro do contexto científico encontramos diversas acepções que vão desde uma compreensão idealista, até uma forma de entendimento mais concreta relacionada ao materialismo histórico, entendemos nesta proposta de análise, que a Geografia é uma ciência que priva pela compreensão das múltiplas relações humanas que ocorrem através do espaço entendendo o conceito de território de forma relacional.

Podemos utilizar como referencial teórico para esta proposição a indagação apresentada por (HAESBAERT 2006, p.75).

“Não caberia a Geografia, por privilegiar o olhar sobre a espacialidade humana, uma visão integradora de território capaz de evidenciar a riqueza ou a condensação de dimensões sociais que o espaço manifesta”.

Concordamos que sim, e por isso encaminharemos nosso trabalho dentro desta perspectiva, levando em consideração os fatores políticos econômicos e culturais que

influenciam diretamente na vida social e compõe algumas das principais dimensões estruturais da organização humana da contemporaneidade.

Não temos a intencionalidade de realizarmos um estudo que abarque com plena profundidade as diversas e complexas relações que se estabelecem num determinado espaço, mais entendemos extremamente necessário num contexto de análise geográfico a relevância de uma compreensão integradora.

Achamos necessário esclarecermos nosso olhar geográfico para facilitar a compreensão da proposta contida na presente análise, e também ressaltar um ponto de vista, que infelizmente sofre redução, principalmente no meio acadêmico de nosso tempo, cuja influencia dos ditames do grande capital, coloca a pratica cientifica academicista, num palco de fragmentações influenciadas pela produtividade.

Passaremos agora a tratar diretamente das questões relacionadas ao conceito de território, tendo em vista analisar seus efeitos nas dimensões de relações humanas problematizando sua organização política, na construção de suas territorialidades.

Apresentaremos novamente algumas formas de compreensão do território, agora mais relacionadas ao olhar geográfico, para que nossa argumentação possa indicar com clareza e reforçar a já indicação conceitual que adotamos, o território pode ser compreendido através da concepção de (HAESBAERT apud RAFFESTIN, 1993, p.59-60), onde o mesmo diz.

O espaço e tempo são suporte, portanto condições, mais também trunfos. Eis porque Lefebvre tem toda razão quando diz que o espaço é político. Em todo o caso, o espaço tempo são suporte mais é raro que não seja também recursos, e, portanto, trunfos. Território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço por excelência, o campo de ação dos trunfos.

Nesta forma de conceituação do território podemos perceber a direta ligação que o autor realiza entre território, como campo de ação dos trunfos, levando a sua existência ao espaço de relações de forças, relações de poder demarcadas espacialmente.

Avaliamos que esta abordagem pode concentrar a concepção de território presa, somente em uma perspectiva, não descartando a existência de disputas ou relação de forças, contidas no território, mais atentando-nos a multiplicidades de fatores humanos que levam a constituição do mesmo.

Dentro desta mesma perspectiva,

Ao que parece, Raffestin não explorou suficientemente o veio oferecido por uma abordagem relacional, pois não discerniu que o território não é o substrato, o espaço social em si, mais sim um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial. Sem sombra de duvidas pode o exercício do poder depender muito diretamente da organização espacial, das formas espaciais mais ai falamos dos trunfos espaciais da defesa do território, e não do conceito de território em si. (HAESBAERT apud. SOUZA, 1995, p.97).

A forma de elaboração conceitual não relacional pode influenciar unilateralidades, não temos aqui a pretensão de levantar críticas aos trabalhos de autores que possuem significativas influência e contribuição no quadro de pensamento geográfico, mais sim destacar a relevância da forma relacional de construção do pensamento científico.

Algumas interpretações concebem o território como vinculado à noção de Estado, ou seja, entendem o Estado como fundador do território, pelo fato do mesmo estabelecer relações de controle político, jurídico, administrativo e militar.

A capacidade do Estado de desenvolver ações territoriais, é completamente vinculada às relações de força estabelecidas num dado território, consideramos sua influência como fundamental no processo de expansão capitalista.

Entretanto pretendemos demonstrar no momento que a noção de território perpassa as relações de força ou controle material de uma porção de terra, propondo a existência de manifestações de superposição de territórios, cuja intencionalidade pode associar-se a diferentes intencionalidades de manifestação socioespacial.

Assim pretendemos apresentar olhares sobre o território com diferentes perspectivas, para que possamos desenvolver nossa proposta de argumentação com mais solidez.

Dando continuidade ao quadro de conceitos sobre o território apresentamos a visão de SACK, citado por, (HAESBAERT 2006, p.86), quando nos referimos à constituição de um território ou,

Mais explicitamente, a territorialidade é definida por Sack como, a tentativa do indivíduo ou grupo de atingir, afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica. Esta área vai ser chamada território. (1986 p.6).

Podemos perceber que na visão de Sack, o território apresenta uma concepção mais ampla cuja relação entre os indivíduos na formação do território, relaciona-se a atividades de influência ou controle de pessoas ou fenômenos.

Especificamente nesta proposta de análise estamos interessados em trabalhar com a proposição de território ou territorialidades como fenômeno político, que manifesta-se a partir da ação de determinados grupos sociais, como por exemplo a manifestação de trabalhadores através de suas organizações políticas institucionalizadas ou não.

A concepção apresentada por Sack sobre a consolidação de um determinado território, nos ajuda a entendermos as multiterritorialidades proposta por HAESBAERT, e a desenvolvermos uma análise sobre uma das diversas formas de manifestações territoriais praticadas por grupos sociais.

Como já apresentado temos a intencionalidade de propor o fenômeno da superposição de territórios, cuja principal característica estaria presente no controle político

de um determinado território sem a exclusão das diferentes e antagônicas forças políticas, econômicas e cultural que se manifestam sobre o mesmo território.

Para exemplificarmos nossa argumentação podemos usar exemplos ao qual pretendemos discutir, quando os trabalhadores coletores de lixo na cidade de Ourinhos, decretam greve, e paralisam suas atividades, sua força política se sobrepõe de forma espacial ou territorial.

A paralisação do trabalho dos coletores representa o tencionamento político de uma determinada categoria de trabalho, a exploração praticada pelos empregadores no caso a Superintendência de Água e esgoto de Ourinhos, (SAE), entidade autárquica com personalidade jurídica própria e autonomia, administrativa econômica e financeira.

Entretanto a relação ou força patronal da “empresa” em questão não é extinta, ela apenas sede ou se sobrepõe a mobilização política dos trabalhadores, o território ou o espaço de trabalho dos coletores é neste momento controlado por suas convicção de reivindicação política, desvinculado neste caso a hierarquia institucional sindical, voltaremos a esta discussão mais adiante.

No momento temos a intenção de exemplificar a correlação de forças, ou manifestações de caráter político exercidas sobre a confluência de fatores constituintes de um território, demonstrando a existência de superposições de territórios ou multiterritorialidades, discutiremos alguns dos principais aspectos dos multiterritórios mais adiante no presente capítulo.

A greve a qual nos referimos é apresentada com mais detalhes a nota que se segue:

Coletores de lixo entram no quarto dia de greve

Apesar das sequenciais tentativas de fazer com que os coletores de lixo voltem ao posto de trabalho, o serviço de coleta de lixo está paralisado pelo quarto dia consecutivo, a conta do último sábado (31). Apenas 30% dos coletores trabalham para garantir o atendimento à população, já que é considerado um serviço essencial.

Em nota, eles informam que reivindicam o não pagamento das horas extras, a defasagem no número de trabalhadores que acaba aumentando a jornada de trabalho, de forma desgastante, além de trabalhar com equipamento sucateado oferecendo riscos diretos aos empregados e a falta de fornecimento nos EPIs aos trabalhadores. Publicado no Jornal digital Novo Negocio acesso em 03/06/2014, [http:// www.negocio.com.br/](http://www.negocio.com.br/) acesso em 15/07/2014.

Dando continuidade ao nosso objetivo de evidenciar diferentes concepções de territórios no sentido de desenvolver um olhar cubista sobre o mesmo, nos referimos ao movimento artístico fundado por (PABLO PICASSO), cuja representação dos objetos passa a ser apresentada com todas as suas partes num mesmo plano.

Pretendemos neste momento demonstrar mais especificamente a forma conceitual que orienta nossa proposta de análise, como já apresentado, entendemos que a constituição de um território é influenciada por diversos fatores das relações humanas.

Por isso adotamos como referencial teórico uma olhar que entenda como fundamental a pratica integradora das manifestações territoriais.

Assim podemos afirmar que o território, relacionalmente falando, ou seja, enquanto mediação espacial do poder, resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza estritamente política até seu caráter propriamente simbólico, passando pelas relações do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política. (HAESBART, 2006, p.93).

O território como mediação espacial do poder constitui-se através das múltiplas dimensões desse poder, segundo o autor, dessa maneira consideramos a vinculação de fatores políticos, econômicos e culturais ou simbólicos como elementos fundamentais de configuração das relações territoriais.

A forma de organização espacial do poder político, ou mais especificamente o sistema mundo adotado em escala mundial com advento do capitalismo, liga-se diretamente a referencia que HAESBART, faz ao patamar relacional do poder político jurídico.

Podemos afirmar que através da organização territorial dos Estados nações, o capital adquiriu estruturas formalizadas ou institucionalização de sua atuação na sociedade, consideramos que a constituição dos Estados está diretamente relacionada com o processo de consolidação e expansão do capital.

Não temos a pretensão de desenvolver uma análise estritamente materialista histórica pautada na ortodoxia teórica, mais utilizar concepções que inegavelmente contribuem no estudo e reflexão de processos históricos que modificaram significativamente as relações humanas, nosso objetivo é analisar como dinâmicas políticas em escala global contribuíram para a transformação do modo de organização do trabalho na escala local.

E Como o território passou a ser configurado por lógicas mercadológicas de produtividade, a influência de estruturas supranacionais, na vida de indivíduos que dependem fundamentalmente de sua força de trabalho para sua subsistência.

A escala política-jurídica ao qual se refere o último autor citado busca evidenciar a direta relação existente da dimensão política na constituição de territórios, ou seja, o poder político é um dos fatores que se manifestam na consolidação dos territórios, seguindo suas orientações seus interesses.

Entretanto sua força de controle não é homogênea ou continua, existem possibilidades de anormalidades no sistema, cuja representação mais próxima de nosso entendimento é a manifestação política de grupos organizados, agindo numa escala local territorializam-se se sobrepondo a forças globais.

As estruturas angariadas pelo poder político representado pelo Estado configuram novas bases relacionais entre os grupos humanos, podemos até dizer que as comunidades foram substituídas pelas sociedades.

Ou “podemos começar retomando o tradicional discurso da substituição da **Gemeinschaft** pela **Gessellschaft**, da Comunidade (étnica de grupo) pela Sociedade (nacional), nas palavras de TONNIES”. (HAESBAERT 2006, p.215).

O autor mencionado por HAESBAERT apresenta uma análise sobre os fatores transformadores da vida em sociedade, condicionada pela estrutura do Estado nação, num esquema construído por TONNIES, encontramos diferenciações entre formas organizativas de relações humanas vinculadas a vida em comunidade e em sociedade.

Aprofundaremos esta discussão ao abordamos os aspectos culturais no processo de conceituação do território, a inerência dos fatores políticos aos culturais coloca-se clara, entretanto analisaremos suas dimensões separadamente com o objetivo de facilitar o desenvolvimento da análise.

No momento cabe ressaltar o papel político na construção conceitual de território, materializando suas respectivas ações, cuja relevância demonstra-se indissociável dentro de uma análise territorial, sua presença espacial manifesta-se quando (HAERBAERT 2006, p.195), demonstra que “O Estado é territorial num outro sentido, aquele em que, segundo a fórmula de ENGELS”, ele “subdivide, não a população, mais o território, e substitui a organização gentílica por uma organização geográfica”. (p.150).

Deste modo o papel gerenciador do poder político representado pelo Estado é evidenciado no processo de organização da sociedade na dinâmica estatal, sendo as estruturas sociais criadas a serviço de sua manutenção e controle.

Entretanto através da reestruturação produtiva do capital entrelaçado ao dinamismo tecnológico evidenciamos construções de ideologias políticas que indicam para perda do controle político territorial do Estado, substituída pelo domínio dos agentes privados.

Nessa perspectiva a sustentação do processo de desterritorialização é elemento fundamental para justificativa da diminuição do papel do Estado, cuja,

progressiva integração da economia mundial, através da produção internacional, tem alterado a balança de poder dos Estados em direção aos mercados mundiais. Esta mudança tem levado à transferência de alguns poderes em relação à sociedade civil, dos estados territoriais às corporações transnacionais não territoriais. (HAESBAERT apud, STRANGE 1996, p.46).

A referência a corporações não territoriais apresentadas pelo autor revela o caráter desterritorializante do discurso que indica a eliminação da fixação no território das corporações transnacionais, apontando para uma possível eliminação do território como fonte de manutenção do controle político e econômico.

O território aparece desvinculado às ações dos grandes grupos econômicos, nesta forma de entendimento, podemos considerar esta proposta como falaciosa, cujo processo de mobilidade do setor privado na realidade promove a destruição de territórios preexistentes e recria sua territorialidade seu controle de ação e circulação através da instrumentalização tecnológica racionalizadora.

A existência do Estado em sua dimensão política aliada a sua configuração territorial, seria substituída pelo poder da integração econômica que permite livre circulação, o conjunto de grandes empresas estaria se sobrepondo ao poder estatal.

Ao que podemos constatar brevemente, a reestruturação da economia capitalista promoveu a elaboração e expansão de novos “planos” econômicos, dentre eles o neoliberalismo, cujo processo de privatização a nível mundial contribui para substituição da iniciativa privada em diversos segmentos da sociedade.

Trata-se de uma pós-modernização da economia mundial onde decresce o papel da mão-de-obra industrial, centralizada em torno de organizações trabalhistas combativas, e aumenta a mão-de-obra comunicativa, cooperativa e cordial. (HAESBART 2006, p.206).

Este processo desencadeou intensa desregulamentação no mercado de trabalho, desarticulando e cooptando as estruturas sindicais em nosso país, concomitantemente a propagação das privatizações.

Para concretizarmos nossa argumentação sobre a permanente relevância da dimensão política na complexa consolidação do território e o papel do Estado, sentimos a necessidade de ressaltar que dentro das concepções pós-modernas existe uma reducionista e intencional proposta de diminuir a significância do território em sua configuração material e propor a livre circulação e eliminação das fronteiras.

O discurso pós-moderno centrado na desterritorialização do Estado e no desaparecimento das fronteiras no seu sentido tradicional é culturalmente específico da narrativa norte americana e europeia ocidental, e ainda resta perceber em que extensão ele se tornará relevante para outras regiões a medida que os próprios impactos da globalização e da aproximação política se tornam mais difundidos. (HAESBART apud, NEWMAN, 2000, p. 31).

Podemos perceber através das palavras do autor citado acima que existe uma nítida intencionalidade política ideológica no discurso que prega a diminuição do controle territorial do Estado, ou seja, a desterritorialização de sua ação político administrativa, e o fim das fronteiras que supõe a eliminação do território.

Apresentaremos três pontos que permita uma singela argumentação sobre o processo desencadeado pelas políticas neoliberais, a suposta perda do poder estatal e a diminuição ou eliminação das fronteiras.

No primeiro ponto podemos entender que a livre circulação, ou a extinção de fronteiras, existe pelo fato do desenvolvimento capitalista ser desigual e combinado, os Estados “desenvolvidos” do norte colocam as nações ou ex-colônias numa constante situação de subserviência política - econômica, o Brasil pode ser utilizado como exemplo.

Dentro dos diferentes momentos de expansão da economia capitalista nosso país sempre seguiu os ditames das grandes potências mundiais, a relação entre metrópole e colônia foram transplantadas para pós-modernidade, representadas pelos desenvolvidos e os subdesenvolvidos.

O fim das fronteiras pode ser compreendido como políticas econômicas que visam o aumento da circulação dos capitais, maior mobilidade.

No segundo ponto queremos ressaltar a relevância do poder estatal já apresentada, pois,

É importante destacar este papel contraditório do Estado contemporâneo que, ao mesmo tempo em que libera as fronteiras no sentido da livre circulação de capitais e mesmo de mercadorias, em muitos casos, atua num movimento inverso no que diz respeito ao controle da circulação da força de trabalho ou de refugiados políticos, impondo cada vez mais seus muros afora pra impedir a entrada de migrantes. (HAERBAERT, 2006, p.211).

A análise contraditória do papel do Estado no atual momento histórico apresentada representa diretamente o ponto que queremos visualizar, o Estado não está ausente, ou mais especificamente sua ação como órgão controlador e delimitador espacial, não foi suplantada.

As mercadorias associadas a livre circulação de capitais são liberadas dentro do contexto político econômico mundial, por que existe um enorme abismo entre os países desenvolvidos e “subdesenvolvidos”, levando a enormes vantagens econômicas ou mais especificamente, a uma arrecadação de mais-valia a nível mundial, extremamente lucrativa aos grandes agentes econômicos que representam as grandes “potencias” mundiais.

Quando o interesse é das nações desenvolvidas as fronteiras territoriais são facilmente eliminadas, mais quando a situação ameaça o *status-quo*, a riqueza do “primeiro” mundo, elas reaparecem num toque de magia, isto indica que o controle político territorial a nível mundial perpassa pelos ditames dos de cima.

O terceiro ponto que pretendemos analisar brevemente, pois esta temática será aprofundada nos capítulos que se seguem, diz respeito às políticas neoliberais e a direta relação do processo de eliminação da combatividade das organizações sindicais.

Queremos demonstrar o processo na sua dimensão política, a influência do mesmo na dinâmica de superposição territorial, a postura das organizações sindicais sofreu uma intensa transformação com a implantação das políticas neoliberais, a livre circulação econômica já discutida acima, permitiu a entrada desses mecanismos no Brasil.

Desencadeando um retrocesso nas estruturas de organização dos trabalhadores, a dimensão política, cuja representatividade do poder da classe trabalhadora manifestado espacialmente através da ação de territorialização, representadas pelas greves, foram significativamente modificadas.

Os fatores explicativos deste processo serão abordados mais adiante, nesse momento devemos condicionar nossa argumentação no contexto de poder da esfera política, na dinâmica de constituição do território, cuja evidencia pode ser compreendida através da argumentação apresentada.

As transformações no âmbito político realizadas no mundo contemporâneo levaram a nítida facilitação da manipulação do controle territorial do poder centralizador do grande capital em escala global, entretanto este controle está sujeito a tencionamentos, a modificações em escala local, representados pela não homogeneização do espaço, à figura e existência do Estado associados à dimensão política das relações humanas relacionam-se diretamente a este processo, configurando um quadro complexo cuja existência de diversos fatores evidencia-se nesta conjuntura.

Dentro do mesmo contexto relacional a dimensão econômica aparece como indissociável das relações estabelecidas pelas forças políticas, o pós- fordismo apresentou uma complexa cadeia técnica de articulação econômica, a flexibilização da produção demonstrou a perversa capacidade de mobilidade do sistema.

Seria difícil estabelecer uma sobreposição entre a significância econômica e política na atualidade, e não é nosso principal objetivo, estaríamos vulneráveis a diversas críticas, mais não podemos excluímos da discussão a evidente influência de sua dimensão no contexto de constituição territorial e na formalização do conceito de território.

O poder econômico possui nítida participação na formulação de estratégias territoriais, o processo de mobilidade do capital ao qual já nos referimos demonstra diretamente a capacidade de deslocamento ou territorialização do capital, representado por transnacionais, essas empresas apoiadas pelos seus Estados de origem carregam com si sua intencionalidade de acumulação em escala global.

Gerando desta maneira a materialização de territórios caracterizados pela dimensão do poder econômico, não entendemos que seja esta a única dimensão responsável pela constituição dos territórios, achamos necessário este esclarecimento para que nossa proposta direcione ao olhar holístico, mais acreditamos que sua influência participe de forma significativamente relevante na dinâmica de formação do território.

Assim, seria sobretudo através das relações econômicas, capitalistas, especialmente no que se convencionou chamar de globalização econômica e, mais enfaticamente, no campo financeiro e nas atividades mais diretamente ligadas ao ciberespaço, que se dariam os principais mecanismos de destruição de barreiras ou de fixações territoriais. (HAERBAERT, 2006, p, 173).

Neste momento podemos retomar o conceito de desterritorialização ao qual HAERBAERT, apresenta profunda análise, considerando o referencial teórico de LEFEBVRE, cuja dimensão econômica no contexto de produção de novos territórios estaria vinculada a capacidade de desterritorialização, nesse sentido,

a realização da mais-valia deixou de ocorrer unicamente no interior de uma área próxima do ponto de produção confinado ao sistema local de transações bancárias. Em vez disso, esse processo tem lugar através de uma rede bancária mundial como parte das relações abstratas (a manipulação da palavra escrita) entre agências econômicas e instituições. A realização da mais valia tem sido, podemos dizer desterritorializada. (LEFEBVRE 1984, p.400-401).

Nesse sentido podemos novamente nos atentar, que a consolidação de um determinado território pressupõe a desterritorialização de outro preexistente, no processo de expansão do capital novas dinâmicas econômicas foram incorporadas, desencadeando uma dinâmica flexível dos investimentos, proporcionando a mobilidade dos grandes agentes econômicos.

Esta mobilidade ao qual nos referimos liga-se diretamente a idéia evidenciada por LEFEBVRE, a respeito da realização da mais valia a nível mundial, sua desterritorialização apresenta a capacidade de movimentação do capital na racionalização dos lucros.

A dimensão econômica ou mais especificamente a ação dos grandes agentes econômicos concentram-se numa determinada espacialidade, incorporando as estruturas matérias preexistentes e modelando novas, determinando a organização do trabalho, criando sua territorialização.

A construção conceitual de território numa perspectiva econômica pode ser compreendida através dos processos de desterritorialização e reterritorialização, mencionados acima, ressaltaremos suas respectivas significância, pois, entendemos como necessário e indissociável suas influencias na dinâmica de consolidação do território na dimensão econômica.

Provavelmente, o primeiro grande autor que deu ênfase clara à fundamentação econômica do processo global-desterritorializador foi KARL MARX, em seu discurso, a ausência do termo não impede a profunda análise das formas com que o modo de produção capitalista desterritorializa os modos de produção preexistentes para reterritorializar segundo sua própria dinâmica. A expropriação do campesinato, transformado em trabalhador livre em meio a fenômenos como a apropriação privada da terra e a concentração fundiária, e, no outro extremo da pirâmide social, a velocidade com que os extratos mais privilegiados da burguesia destroem e reconstróem o espaço social, sob famoso dito de que tudo que é solido desmancha no ar, tudo que é sagrado é profanado, seriam as referencias mais marcantes do movimento de des-re-territorialização capitalista. (HAESBART, 2006, p.175)

Os pontos que pretendemos apontar através da evidenciação dos processos de territorialização e desterritorialização referem-se à direta relação existente entre o apoderamento e substituição de determinadas espacialidades, cuja “conquista ou anulação do espaço significa sempre, também, e, sobretudo, uma nova produção do espaço”. (HAERBAERT 2006, p. 189).

Desta forma a dimensão econômica representada pelo processo expropriador de acumulação capitalista desencadeou direta influencia sobre a formação dos territórios a partir do seu advento, influenciando de maneira expressiva a produção de territórios.

É interessante analisarmos como a ação econômica, realizada em nível global trouxe consequências diretas às populações expropriadas de seu território de origem, numa escala local, neste caso apresentado pela citação de MARX, as forças representadas pelo capital

reunirão condições de atuação que se sobrepuseram a capacidade de resistência das populações expropriadas, este fenômeno expandiu-se produzindo transformações políticas, econômicas e culturais, neste instante tratamos especificamente do fenômeno em seu aspecto econômico.

Retomando ao período pós-fordista consequência do processo histórico abordado anteriormente, a existência e relevância do processo de desterritorialização entendendo-se o mesmo como fator de desconstrução parcial ou completa de uma determinada espacialidade e sua reconstrução territorial, é representado “especialmente em termos do impacto que provoca nos mercados de trabalho de países periféricos, acirrando a competição por salários baixos e aumentando as desigualdades sociais”. (STORPER 2000, p 49).

As possibilidades de movimentação dos interesses capitalistas trouxeram consigo, “A exclusão em sua dimensão sócio econômica, que deve-se justamente a flexibilização do capital pela incorporação de novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra e pela precarização das relações de trabalho,” (HAERBAERT, 2006, p, 193).

A dimensão econômica no contexto de formalização conceitual e material do território aparece como indissociável, podemos notar que os processos desenvolvidos pelo fenômeno econômico trouxeram nítidas modificações nas relações estabelecidas entre o homem e seu meio, o controle sobre sua subsistência foi transferido a interesses de grandes grupos econômicos.

Desta forma seu território expropriado ou desterritorializado passa as mãos dos agentes econômicos, criando uma relação desfavorável para si e seus comuns, esta condição não se coloca como imutável, pois, consideramos a capacidade de tencionamentos e superposição dos territórios como já apresentado.

Mais especificamente no âmbito econômico a capacidade de contraposição a nível territorial dos grupos explorados apresenta dificuldades para manifestar-se, pelo fato do poder econômico estar diretamente associado à classe que detém o poder político estatal.

Entretanto a realidade complexa, de dimensões, políticas, econômicas e culturais constrói uma esfera de possibilidades relacionais que permitam a transformações.

Seguindo com a conceituação teórica analisaremos neste momento alguns aspectos culturais no processo de formalização conceitual e material do território, a dimensão cultural muitas das vezes desprezada em determinadas análise pode responder a questões complexas, e favorecer ao enriquecimento científico.

Um dos sentidos de território a partir de uma perspectiva cultural pode ser encontrado nas palavras de, (CAMBRÉZY, 1995, p.10), para quem,

a existência e mesmo a imperiosa necessidade para toda sociedade humana de estabelecer uma relação forte, ou mesmo uma relação espiritual, com seu espaço de vida, parecem claramente estabelecidas. (...) O poder do laço territorial revela que o espaço é investido de valores não somente materiais mais também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É

assim que o território cultural precede o território político e, com mais razão, precede o espaço econômico.

Sua análise pode ser considerada como hierarquizante, cuja precedência do território cultural sobre os demais, o coloca em destaque, como fenômeno primeiro que antecede as demais dimensões que o constituem.

Acreditamos que seja válida sua forma de abordagem conceitual sobre o tema, pois, sua análise não exclui a complexidade do território, e, entretanto avalia sua gênese, a partir das relações humanas fundamentais que antecedem o advento do capitalismo, a grande transformação.

Podemos considerar que os valores étnicos, sofreram uma significativa modificação com a expansão dos territórios políticos e econômicos, a partir do desenvolvimento das relações humanas fundadas no modo de produção capitalista.

No processo de construção do Estado-nação vinculado a dinâmica capitalista, encontramos evidências de padronizações culturais, na busca de facilitação do controle territorial.

Os territórios modernos por excelência, os do Estado-nação, estariam marcados por uma 'comunidade imaginada' calcada na figura de um indivíduo nacional-universal capaz de impor-se sobre as diversas comunidades baseadas na diferenciação étnica dos grupos sociais. Lado a lado, porém, se reinventam símbolos e identidades nacionais, estruturadas para consolidar a homogeneização da nova nação-Estado. (HAESBAERT, 2006, p. 215, apud, ANDERSON, 1989).

A partir da proposta de "comunidades imaginadas", podemos notar o processo de imposição cultural, realizado concomitantemente ao desencadeamento e consolidação do Estado-nação, o território cultural nesta perspectiva, pode ser compreendido como substituído pelo território político, podemos retomar a ideia já exposta de, Tonnies cuja "sociedade" estabelecerá novas relações alicerçadas, numa superestrutura imaginária e mecânica, deslocando a vida real orgânica das comunidades.

O queremos demonstrar é que "Prioritária ou não, antecedendo ou não a política, a dimensão cultural sempre esteve presente nos processos de formação territorial". (HAESBAERT, 2006, p.215), e sofreu intensa perturbação pelas vicissitudes do desenvolvimento histórico da humanidade.

4. O subdesenvolvimento nacional como fortificador da exploração no trabalho.

Possuímos a intenção na constituição do presente trabalho, de apontarmos três abordagens analíticas sobre os fatores que influenciam na temática de territorialização das ações políticas dos trabalhadores, inicialmente num âmbito mais amplo com reflexões sobre conjunturas no contexto econômico e geopolítico relacionadas ao país, posteriormente trabalhamos com alguns aspectos de políticas educacionais a nível nacional, que influenciam na formação política e cultural dos trabalhadores, em sequência analisaremos a formação e modificações das estruturas sindicais no Brasil.

A primeira tratará dos aspectos geopolíticos que interferem no processo de articulação da resistência política territorial dos trabalhadores, apresentando pequena análise sobre a situação do Brasil no contexto de subdesenvolvimento, pois acreditamos necessário apresentar os principais aspectos que favorecem ao desenvolvimento do subdesenvolvimento, que colocam o país num quadro favorável a mobilidade espoliativa do grande capital, favorecendo a intensificação da exploração do proletariado brasileiro.

Dentro desse capítulo pretendemos apontar questões que demonstrem a situação vulnerável e desigual do Brasil, dentro de um processo econômico histórico de dependência, que possui continuidade nos períodos mais contemporâneos, evidenciando a mesma postura de atividade econômica de submissão ao grande capital, forjada no passado.

Percebemos no presente severas condições para a vida dos trabalhadores brasileiros, podemos considerar que essa situação tende a perdurar, novos elementos surgem com a intensão de aumentar a exploração e obtenção de lucro, o receituário econômico imposto ao mundo pelos EUA, e aceito no Brasil, demonstra-se claramente com essa intencionalidade, representado pela implementação das políticas neoliberais a partir da década de 1990, desregula o mercado de trabalho e aumenta as possibilidades de exploração no país.

Neste contexto é importante ressaltar que a saída praticada pelos grupos políticos que assumiram o governo brasileiro, depois da década perdida de 1980, foi vender literalmente o país, para sanar sua dívida externa e estabilizar a inflação, não divergindo muito da postura política praticada pelo,

Bloco no poder que controlava a política do Estado brasileiro durante os anos 80 que não sofreu alteração significativa com a substituição de um governo de ditadura militar por um governo civil – ele continuou dirigido pelas grandes empresas monopolistas, nacionais e imperialistas e tendo como frações subordinadas os proprietários de terra e a média burguesia nacional. A política de desenvolvimento que refletia os interesses da força dirigente desse bloco no poder era uma política pró-imperialista, pró-monopolista e pró-latifundiária”. Fonte: (<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br>). Acesso em 15/07/2015.

Como podemos evidenciar o modo de governança voltado para interesses externos é fato corriqueiro em nossa história, comprometendo um desenvolvimento estrutural e social, buscaremos apresentar alguns condicionantes históricos que aproximem a possível relação existente entre a construção de uma nação dependente política e economicamente e a intensificação da exploração no trabalho.

Analizando as atuais formas de organizações econômicas pautadas no neoliberalismo desenvolvidas pelos Estados considerados como emergentes no cenário internacional, temos o objetivo de analisar os condicionantes que direcionam a construção de nações dispostas a atenderem as demandas dos países desenvolvidos, representados pelas transnacionais.

Procurando desvendar a intencionalidade da não construção de um projeto nacional brasileiro dentro de um cenário internacional, em um mundo supostamente globalizado cuja estrutura supranacional apresenta-se com mais frequência e pode apresentar uma transição neste cenário internacional globalizado.

Dentro do processo histórico de consolidação do sistema capitalista, podemos considerar o Estado Nação como principal elemento de sua estrutura basilar, seu surgimento atende de forma precisa as necessidades vigentes de uma lógica estrutural de manifestação territorial do poder político.

Sendo desta forma, sua aparição na história produziu um rompimento abrupto com as antigas formas feudais de organização administrativa territorial, conduzindo a uma estrutura padrão de materialização do poder, este processo associa-se segundo Hobsbawm a dupla revolução, industrial e política, ocorrida na Europa por volta dos séculos XVIII e XIX, e a consequente ascensão de uma nova classe social a “burguesia, que pelo rápido desenvolvimento de todos os instrumentos de produção, pelos meios de comunicação imensamente facilitados, arrasta as nações, mesmo as mais bárbaras, para a civilização (...). Em uma palavra, cria um mundo à sua própria imagem”. (K. Marx e F. Engels, 1848).

Neste processo cabe aos povos não “civilizados” das regiões mais longínquas do mundo europeu, o papel de sustentar através de sua espoliação o desenvolvimento da Europa, o subdesenvolvimento no qual são submetidos pode ser considerado a estratégia geopolítica dos povos do norte para seu sucesso a nível internacional.

Para iniciarmos esta discussão cabe apresentarmos um recorte histórico no qual os processos desencadeadores da dominação europeia sobre o continente no qual o atual Estado brasileiro se encontra ocorreram, especificamente por volta do século XVI à expansão marítima desencadeada inicialmente pela Espanha e posteriormente por Portugal.

A partir do processo expansionista de dominação colonial europeu podemos considerar o início do processo de dominação dos povos existentes na recém “descoberta” América, sendo desta forma a estrutura colonial configura-se como a principal forma de aquisição de novos territórios utilizados como extensões dos excedentes da produção dos

países do norte e fonte de recursos naturais, cujo desenvolvimento industrial pode ser considerado existente por volta dos séculos XVII e XVIII.

A existência de uma intensa disputa pela hegemonia mundial desencadeada pelos recém Estados nações da Europa, fez com que áreas até então desconhecidas fossem conquistadas e integradas de forma subserviente no sistema mundo.

Ou como melhor apresenta Hobsbawm o mundo unificado, no qual o desenvolvimento das estruturas do sistema capitalista possibilitou além das conquistas coloniais a unificação de relações produtivas e comerciais, realizadas de forma espoliativa em benefício do Estado hegemônico vigente, a unificação realizava-se pelo “explorar que significava não apenas conhecer, mas desenvolver, trazer o desconhecido e, por definição, os bárbaros e atrasados para a luz da civilização e do progresso, vestir a imoralidade da nudez selvagem com camisas e calças, com uma providencial e beneficente manufatura de Bolton e Roubaix, levar as mercadorias de Birmingham que inevitavelmente arrastavam para onde quer que fossem”. (Hobsbawm p.83).

O Estado cuja liderança hegemônica é conquistada neste período considerado pela análise, corresponde ao Estado Britânico, o mesmo exerceu a função de governo mundial, conduzindo através de uma supremacia marítima inquestionável o controle da economia mundial neste período, o liberalismo de mercado como apresenta Giovanni Arrighi foi sua marca neste processo de dominação hegemônica.

Colocando os povos bárbaros, selvagens a mercê de um processo de exploração até então jamais visto, a unificação do mundo, ou melhor, a expansão da dominação europeia em escala mundial pode ser identificada como fator responsável do atraso e condicionante da incapacidade de desenvolvimento dos povos dos continentes submetidos ao mesmo.

Especificamente o Brasil encontra-se no contexto da América Latina no qual a produção do colonialismo estruturou-se pelo tripé da monocultura, trabalho escravo e a grande propriedade, as civilizações consideradas pelos povos do norte como selvagens e atrasados possuíam uma economia autossuficiente baseada na economia de subsistência, o processo civilizatório europeu rompe de forma decisiva estas estruturas e coloca-os dentro de uma lógica escravagista pautada na obtenção excessiva de lucratividade a qualquer preço.

A necessidade de ampliação de mercados para os excedentes manufaturados da grande indústria do mundo faz com que se desenvolva um processo de “independência nacional” orquestrado pela Inglaterra, em seu auge de dominação mundial este Estado nação rompe com as bases de dominação colonial pautadas na relação metrópole e colônia e configura uma nova fase, embasada pela dependência de Estados não nação.

O processo de independência dos “países da América Latina” cujo Brasil inclui-se segue a cartilha de dominação Britânica, o expansionismo do livre mercado, cuja liberdade

pautar-se na supremacia de um Estado que determina as relações comerciais de acordo com os seus interesses geopolíticos de expansão e manutenção do seu poder hegemônico.

A independência do Brasil não modificou sua estrutura no cenário internacional, de colônia passamos a um Estado não nação, herdamos o neocolonialismo cuja existência apresenta-se na impossibilidade ou inexistência de projetos nacionais de desenvolvimento.

A construção das nações atravessou no caso especificamente brasileiro do qual reporta-se a análise, um campo de destruição étnica cultural, evidentemente os povos arrastados pelo processo de expansão da lógica de produção capitalista, não eram em sua maioria europeus, sendo o ideal nacionalista um conceito burguês eurocêntrico pautado no “critério histórico de nacionalidade que implicava portanto a importância decisiva das instituições e da cultura das classes dominantes ou elites de educação elevada, supondo-as identificadas, ou pelo menos não muito obviamente incompatíveis com as do povo comum”(Hobsbawm p.129.)

O anacronismo existente no processo de formação nacional no caso brasileiro evidencia-se de forma muito marcante, implantou-se uma caricatura cultural europeia, utilizando-se para isso uma tentativa de embranquecimento da população através das imigrações dos excedentes populacionais do continente europeu.

A tentativa de construção de uma identidade nacional forjou-se sob os alicerces de uma cultura alheia a maioria populacional, erradicando cultura, conhecimento e vidas humanas, buscando copiar-se as culturas do norte, as elites nacionais submeteram-se a este protocolo determinado pelos interesses geopolíticos hegemônicos.

Como considerar o Brasil um Estado nação, a independência nacional nunca foi atingida pelo menos até os dias atuais, para tratarmos desta problemática recolocaremos nossos olhares sobre o período de decadência da hegemonia inglesa e a fase hegemônica norte americana dentro do cenário internacional.

A busca incessante pela hegemonia mundial praticada pelas superpotências nacionais, mostra como coloca José Luiz Fiori “que a potência ascendente mantenha seu objetivo permanente de crescer, expandir e galgar posições, dentro do sistema internacional. Isto não é uma veleidade ideológica, é um imperativo do próprio sistema interestatal capitalista: neste sistema, “quem não sobe cai”[i]”.(<http://outraspalavras.net/posts/brasil-geopolitica-e-desenvolvimento/> acesso em 01/07/2014).

Dando continuidade à ideia já apresentada acima podemos considerar que “O Reino Unido exerceu as funções de governo mundial até o fim do século XIX. De 1870 em diante, porém, começou a perder o controle do equilíbrio de poder europeu e, logo depois, do equilíbrio global.” (Arrighi p. 59), este fenômeno apresentado nos coloca em um período de mudança do controle hegemônico mundial.

As disputas acirram-se neste momento histórico, sendo apresentado como a transição da hegemonia Inglesa para norte americana, a Inglaterra sofre o impacto decisivo da ascensão do Estado nação alemão a condição de potencia mundial, e é substituída como liderança econômica mundial pela economia norte americana, configurando uma conjuntura diferenciada nas relações interestais.

Contudo este processo transitório não ocorre de forma simples ou pacífica o “sistema interestatal passou a se polarizar em duas facções opostas e antagônicas. A facção dominante, encabeçada pelo Reino Unido e França, era conservadora, ou seja, orientada para preservar o imperialismo do livre comércio. Em oposição a ela, os novatos na luta pelo poder mundial, que não dispunham nem de império colonial respeitável nem das conexões certas nas redes e comércio e das finanças mundiais, juntaram-se em uma facção reacionária, liderada pela Alemanha nazista.” (Arrighi p.65).

De esta forma o desenrolar da polarização e acirramento pela hegemonia mundial entre as potências Nacionais europeias, configurou o cenário caótico de instabilidade sistêmica representada pela segunda guerra mundial “As origens da Segunda Guerra Mundial produziram uma literatura histórica incomparavelmente menor sobre suas causas do que as da Primeira Guerra, e por um motivo óbvio. Com as mais raras exceções, nenhum historiador sério jamais duvidou que a Alemanha, Japão e (mais hesitante) a Itália foram os agressores. Os Estados arrastados à guerra contra os três capitalistas ou socialistas, não queriam o conflito, e a maioria fez o que pôde para evitá-lo. Em termos mais simples, a pergunta sobre quem o que causou a Segunda Guerra Mundial pode ser respondida em duas palavras: Adolf Hitler.”(Hobsbawm 1995 p.43).

Ou seja, a realização deste conflito interestatal realizou-se pela ambição alemã de tornar-se uma potência hegemônica, causando uma instabilidade no quadro de equilíbrio entre as potências nacionais, abrindo brecha para ascensão norte americana como nova hegemonia na liderança das relações do sistema mundo.

Desta forma as consequências mais significativas que podemos considerar na conjuntura das relações internacionais é a expansão da livre iniciativa privada, desencadeada pela nova hegemonia norte americana, dentro deste contexto, a situação dos países submissos aos ditames das hegemonias estatais e condicionados a subserviência política e econômica, como por exemplo o Brasil, são submetidos a uma nova onda de imposições de âmbito geopolítico no intuito de facilitar a expansão desta livre iniciativa privada.

Recolocaremos nosso olhar histórico para outro momento, no qual as ações desencadeadas pelo processo expansionista da livre iniciativa privada podem ser melhor materializadas, no intuito de promover uma melhor exposição sobre a relação existente no processo de subdesenvolvimento do Estado nação brasileiro e a postura geopolítica de expansão e manutenção do controle hegemônico dos norte americanos.

Uma geopolítica que é transmitida por uma correia de ações econômicas no quadro mundial, representado pelo desenvolvimento do neoliberalismo econômico e sua consequente expansão, cujo “O termo Consenso de Washington que ficou conhecido como um conjunto de medidas de ajuste macroeconômico formulado por economistas de instituições financeiras como FMI e o Banco Mundial, elaborado em 1989. Entre essas “regras” que deveriam ser adotadas pelos países para promover o desenvolvimento econômico e social estavam: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições, privatização das estatais, desregulamentação e desburocratização, direito à propriedade intelectual” (<http://www.politicaeconomia.com/> acesso em 01/07/2014).

Por volta do início da década de 1990 o Brasil é diretamente atingido por um conjunto de medidas econômicas já apresentadas acima, cujo único intuito é colocá-lo, mais uma vez dentro do processo histórico mundial, como fonte de espoliação de recursos humanos e matérias, este processo é inicialmente aplicado no governo do presidente da república Fernando Collor de Melo e sua consolidação ocorre no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

As medidas do consenso de Washington aplicadas ao Brasil foram determinantes para desencadear o modelo econômico que caracteriza sua economia atual, desta forma a postura de subserviência colonial e readaptada a neocolonial.

A geopolítica norte americana atingiu não só o Brasil mais todos os países da América Latina, com a tomada da dianteira hegemônica dos EUA, passamos a uma nova diretriz entre as relações interestatais, a livre iniciativa privada ganha ênfase neste processo e através dela e ações de coerção militares os EUA adquirem uma hegemonia inquestionável nas relações que determinam a organização do sistema mundo.

Para encermos nossa análise a cerca da ideia de que o subdesenvolvimento nacional está inserido dentro da lógica geopolítica de manutenção e expansão das hegemonias estatais, podemos nos apoiar na concepção de Eduardo Galeano em relação à temática quando o mesmo apresenta que “O subdesenvolvimento não é uma etapa do desenvolvimento. É sua consequência. O subdesenvolvimento da América Latina provém do desenvolvimento alheio e continua alimentando-o. Impotente pela sua função de servidão internacional, moribundo desde que nasceu, o sistema tem pés de barro. Quer identificar-se como destino e confundir-se como eternidade”. (Galeano, 1978).

Quando o autor acima apresentado demonstra as causas do subdesenvolvimento da América Latina, podemos utilizá-lo para o Brasil, pois o mesmo compartilha e insere-se no contexto geopolítico e histórico.

A evidenciação das estruturas de dominação política e econômica apresentadas na exposição de Eduardo Galeano vai de encontro com a realidade nacional, pelo mesmo até

os dias atuais, pois desde seu “descobrimento” e posteriormente sua independência falaciosa, o país não demonstrou nenhuma forma concreta de desenvolvimento nacional.

Sempre submetido aos interesses alheios, o Brasil apresenta-se muitas vezes como um país reprodutor da lógica hierárquica das relações interestatais, podendo ser classificado em alguns aspectos como um Estado subimperialista.

Inicialmente colônia dominada pela hegemonia Inglesa, o Brasil serviu de forma clara para manutenção e ampliação do desenvolvimento econômico e hegemônico do Estado Britânico, posteriormente apresentado como um novo agente estatal nas relações do sistema mundo serve de forma objetiva os interesses hegemônicos dos EUA.

Sendo desta forma a situação de subdesenvolvimento uma direta consequência das ações geopolíticas de manutenção e expansão das duas hegemonias do capitalismo histórico.

Podemos ressaltar esta concepção a partir da análise recentemente apresentada pelo economista e ex-presidente do BNDS Carlos Lessa, quando o mesmo ressalva a inexistência de um projeto de âmbito nacional, “Nós estamos órfãos de um projeto nacional. Agora, é evidente que qualquer projeto nacional começa por projetar o Brasil do futuro. (...) Nós fomos achando que é possível tocar o futuro sem discutir o futuro, então é complicado”. E conclui: “Pelo menos três dos grandes países periféricos do mundo têm projetos nacionais claros, enquanto o Brasil não tem nenhum. Nós nem sequer discutimos a geopolítica mundial; nós não temos posicionamento nenhum”. (<http://www.brasildefato.com.br/node/29350/> acesso em 01/07/2014).

Uma questão atual cuja evidenciação pode também enriquecer os argumentos em relação à defesa da ideia de subdesenvolvimento pautado no desenvolvimento alheio é apresentada por Carlos Lessa, quando se refere às possíveis realizações econômicas conduzidas pelos Brics “Estou cheio de dúvidas a respeito. Em uma primeira aproximação, a intenção do Brics é uma geopolítica de criar uma terceira interlocução em nível mundial. Então, por esse lado, o Brics tem importância geopolítica para o Brasil. Agora, se vai ter importância econômica, tenho minhas dúvidas. O que o banco do Brics pode fazer é restabelecer liquidações compensatórias de dinheiro entre as moedas dos países do Brics. Se ele fizer isso, já está introduzindo uma dimensão importante no jogo financeiro mundial. E minha pergunta é: Vão fazer ou não vão fazer? É a sério ou não é a sério? Porque isso já é uma tentativa de reduzir o peso do dólar e eu não vejo como os americanos concordam com isso tranquilamente”. (<http://www.brasildefato.com.br/node/29350/> acesso em 01/07/2014). Sua análise afirma de forma categórica, a impossibilidade até então registrada de desenvolvimento nacional, criando uma proximidade conceitual com a presente análise, desta forma podemos concluir este momento de reflexão através da comprovação da inexistência de um desenvolvimento nacional.

Este fenômeno é inerente aos interesses internacionais, ou melhor, as estratégias geopolíticas de domínio hegemônico norte americano e de outras potências em via de ampliação do seu poderio mundial, construindo um cenário de fragilização dos países subdesenvolvidos neste caso o Brasil, colocando seus trabalhadores a mercê dos condicionantes espoliativos.

A inexistência de um projeto nacional de desenvolvimento abriu enormes brechas para o processo de privatizações desencadeado no início da década de 1990, a onda neoliberal como já analisada reflete interesses externos, sujeitando a massa de trabalhadores brasileiros à intensificação da exploração no trabalho, o país acaba sendo utilizado como fonte de obtenção de mão-de-obra barata, para as grandes empresas estrangeiras, que se apropriaram de diversos setores de suma importância, ou seja, as portas estão mais abertas para o capital internacional.

A redução de postos de trabalho pode ter relação direta com a situação abordada acima, mais de um milhão de postos de trabalho foram extintos nas últimas décadas, esta situação pode estar associada ao nível de desenvolvimento tecnológico e mecanização da produção das grandes empresas, que monopolizam diversos ramos industriais.

O desemprego estrutural aumenta a informalidade e a pauperização dos trabalhadores, e pode ter influência direta em suas formas de organização, as greves e os sindicatos.

A apologia do mercado e da empresa privada, sustentadas pela hegemonia dominante construíram uma ocultação da gravidade do processo das privatizações, o neoliberalismo representa na realidade, um enorme atraso ao país e intensificação da espoliação dos trabalhadores brasileiros a partir das terceirizações e desregulamentação do mercado de trabalho.

Além de aspectos econômicos e políticos podemos evidenciar em nosso país um negligenciamto em relação a um projeto nacional de educação, condicionante esse que aumenta a possibilidade de controle e hegemonia da classe dominante, a consciência de classe perpassa pelas instituições escolares, assunto que trataremos no capítulo que segue.

5. A escola como elemento condutor da hegemonia de classe

Neste momento pretendemos consolidar a segunda etapa analítica, evidenciando os aspectos políticos educacionais e sua influência no processo de dominação política e imposição cultural, possivelmente existente.

A necessidade de reflexão sobre a construção da hegemonia de classe coloca-se necessária, pois, a proposta de análise trata diretamente da articulação política dos trabalhadores via processos territoriais como já apontado, sendo o âmbito escolar público o

principal ambiente institucional de formação do proletariado.

O que pretendemos neste momento é desenvolver uma reflexão sobre as vicissitudes apresentadas no processo de formação de consciência de classe, a dinâmica de organização dos trabalhadores em organizações sindicais ou mobilizações de caráter político perpassa pela tomada de consciência dos mesmos.

Nesse sentido acreditamos ser necessário pensar quais são os instrumentos que influenciam no processo de formação ou não da consciência de classe dos trabalhadores, a escola aparece como principal instituição participante deste processo.

Evidentemente a estrutura escolar não disponibiliza na atualidade, de meios, ou melhor, não possui a intencionalidade de explorar e desenvolver a potencialidade intelectual e cultural de seus alunos, desta forma pode-se evidenciar através de sua estrutura uma presente intenção de educar para o trabalho alienado.

Buscamos neste momento embasar nosso referencial teórico dentro da perspectiva gramsciana, que considera a importância dos intelectuais orgânicos na constituição dos sindicatos, e suas formulações sobre hegemonia burguesa, entrelaçando-se assim os mecanismos de despolitização de classe a construção da dominação social, cultural e moral.

Em uma doutrina da “hegemonia”, Gramsci viu que a classe dominante não necessitava depender apenas do poder coercitivo do Estado ou mesmo de seu poder econômico direto para exercer o seu domínio, mas sim, através de sua hegemonia, expressa na sociedade civil e no Estado, os dominados podiam ser persuadidos a aceitar o sistema de crenças da classe dominante e compartilhar os seus valores sociais, culturais e morais. (CARNOY, 1994, p. 90).

Dentro desta concepção podemos entender que a escola enquadra-se como elemento condutor da doutrina hegemônica, levando ao processo de desconstrução cultural e imposição cultural, sendo um espaço cujos valores sociais e morais dos grupos dominantes são implantados a um grande contingente populacional, determinando assim sua reprodução como classe dominada.

Assim, a preocupação de Gramsci com a educação tinha relação com a sua crítica ao ensino técnico italiano de caráter pragmático, destinado aos trabalhadores – e estes destinados ao trabalho assalariado, a submissão e exploração pelo capital – e ao ensino humanista italiano, oferecido à burguesia – esta sim destinada à comandar, a dominar, a governar a sociedade capitalista, compondo os cargos na administração pública do Estado liberal-burguês. (GRAMSCI, 1991, p. 118).

A análise de Gramsci sobre o processo educacional italiano pode ser transferida para compreendermos a realidade educacional no Brasil, que apresenta nítida proximidade em relação ao desenvolvimento de escolas técnicas voltadas a criação de mão de obra destinada ao trabalho assalariado, concomitante ao processo de mercantilização do ensino representado pelas privatizações no campo educacional desencadeadas pela onda neoliberal.

Em consequência presenciamos a precarização e construção do fracasso escolar,

que pode evidenciar a perversa política de dominação hegemônica, transmitida através da instituição escolar.

Para compreendermos a formação da estrutura escolar vigente, necessitamos entender os principais processos influentes sobre sua configuração, a partir dessa etapa, poderemos avançar sobre os condicionantes políticos, cuja face oculta entre o turbilhão de problemáticas educacionais esconde a construção do fracasso escolar.

No processo de consolidação das nacionalidades a escola esteve intimamente ligada ao nascimento dos Estados-nações, sua capacidade de transmitir à cultura necessária a organização política territorial, desvenda sua verdadeira face e intencionalidade perante o processo histórico.

As transformações derivadas da reorganização geopolítica do mundo europeu em meados do século XIX apresentavam fortes condições de competitividade, levando governos à necessidade de fixação e controle territorial, necessitando-se de um instrumento transmissor de padrões culturais, uma identidade nacional.

Dentro do processo histórico de consolidação do sistema capitalista, podemos considerar o Estado-Nação como principal elemento de sua estrutura basilar, seu surgimento atende de forma precisa as necessidades vigentes de uma lógica estrutural de manifestação territorial do poder político.

Sendo desta forma, sua aparição na história produzira um rompimento abrupto com as antigas formas feudais de organização política administrativa territorial, conduzindo a uma estrutura padrão de materialização do poder político, este processo se associa segundo Hobsbawm (1996), a dupla revolução, industrial e política, ocorrida na Europa por volta dos séculos XVIII e XIX, e a consequente ascensão de uma nova classe social a “burguesia, que pelo rápido desenvolvimento de todos os instrumentos de produção, pelos meios de comunicação imensamente facilitados, arrasta as nações, mesmo as mais bárbaras, para a civilização (...). Em uma palavra, cria um mundo à sua própria imagem”. (MARX E ENGELS, 1848), apud. Hobsbawm p. 101.

Podemos observar uma clara intencionalidade de adaptar imensos contingentes populacionais a padrões culturais e estruturas de produção capitalistas, derivadas do advento da revolução industrial, “por isso cabe afirmar que a fábrica foi, nos anos de consolidação do capitalismo a escola profissionalizante por excelência.”(PATTO p.46).

O enfoque no processo histórico do mundo europeu coloca-se necessário, pois a submissão dos países subdesenvolvidos assunto tratado no próximo capítulo, é fruto de processos de dominação e imposição política cultural, colocando esses povos mais especificamente os povos existentes no Brasil a mercê das necessidades econômicas e interesses eurocêntricos, definindo assim o processo de formação da sociedade brasileira.

Este fato é claramente evidenciado pelas influências externas de políticas educacionais no Brasil, cuja base ideológica é fortemente influenciada pelo pensamento

liberal, confirmando nossa reflexão sobre essa análise através das palavras de Cruz Costa, quando o mesmo diz, “marcada pela europeização, a inteligência brasileira voltava-se para os diferentes mercados da Europa, onde se supria”, (1950, cf. Moreira Leite, 1976, p. 306).

Podemos identificar a influência do pensamento liberal no período republicano através da formação e consolidação das estruturas educacionais brasileiras, que refletem a marcante postura meritocrática assumida no sistema educacional, vislumbradas por muitos e compreendida por poucos.

O sistema educacional brasileiro pode ser entendido como meio de transferência dos padrões culturais eurocêntricos influenciados pelos grupos dominantes, na tentativa de reproduzir a realidade europeia tanto almejada pelas elites do período, outro fato que reforça está análise é a imigração na tentativa de embranquecimento populacional, voltaremos a essa discussão em outro momento.

A estrutura de ensino introduzida no país não levou em consideração, a forte presença de grupos étnicos não europeus, desta maneira as problemáticas foram logo presenciadas e as tentativas de explicá-las e solucioná-las mostram-se extremamente distanciadas de coerência política ou social apresentando um nítido caráter racista em suas formulações.

Para exemplificarmos a situação apresentada acima podemos utilizar como referência teórica as análises apresentadas por Patto cuja teoria da carência cultural enquadra-se perfeitamente,

Num mundo no qual argumentos racistas explícitos podem causar constrangimento, como explicar a perpetuação de uma parcela da população nesse Limbo? Pelo recurso de versões ambientalistas do desenvolvimento humano, reservando-se ao termo ambiente uma concepção acrítica, compatível ao mesmo tempo com uma visão biologizada da vida social e com uma definição etnocêntrica de cultura: de um lado o ambiente é praticamente reduzido a estimulação sensorial proveniente do meio físico, de outro, valores crenças, normas, hábitos e habilidades tidos como típicos das classes dominantes são considerados como os mais adequados à promoção de um desenvolvimento psicológico sadio. Quando se propõem a explicar o sucesso escolar e profissional desigual entre os integrantes das classes sociais, estas teorias ambientalistas fundamentam-se em preconceitos e estereótipos que, com uma nova fachada científica, passam a orientar a política educacional (PATTO p. 74).

Para sintetizarmos este momento da discussão e não prolongarmos os seus condicionantes históricos ideológicos, cujo objetivo coloca-se como contextualizador, concentraremos nosso olhar sobre as políticas educacionais brasileiras, cuja forte influência dos ideais liberais, escolanovista, da psicologia e da teoria da carência cultural formulada nos EUA por volta dos anos de 1950, deixaram marcar significativas.

A ideologia liberal que fundamentava e se apoiava na crença de que “a universalização e a diversificação do ensino promovem a igualdade de oportunidades e são a garantia de um regime democrático,” (Souza Patto p. 116), escamoteava as reais

condições de insucesso do sistema educacional introduzido no país.

Com marcante influência do pensamento escolanovista sobre os órgãos governamentais, a partir dos anos vinte a discussão no âmbito educacional voltava-se para o fenômeno da repetência e evasão escolar, identificando um estado de calamidade entendidos pelas problemáticas de caráter pedagógico, social, médico e psicológico, inviabilizando assim um pensamento autônomo e coerente sobre a realidade vivenciada.

A psicologia assume um papel dentro do âmbito educacional deturpado, carrega uma postura clínica de mensuração de capacidades intelectuais, com o objetivo de justificar a incapacidade do sistema educacional brasileiro em lidar com uma realidade cultural diferenciada dos padrões culturais europeus.

Coroando esse time de importação ideológica a teoria da carência cultural produz a justificação científica necessária à desvalorização dos padrões culturais dos povos brasileiros, identificado como causa principal da deficiência do processo de ensino e aprendizagem por muitos, à carência cultural dos indivíduos, ou melhor, a falta de padrões burgueses é o fato que norteara uma concepção extremamente equivocada e preconceituosa sobre os problemas educacionais brasileiros.

Podemos considerar que a problemática crise de falta de identidade cultural, vem se aprofundando com o passar do tempo na sociedade brasileira, à intensificação do consumo e com isso o bombardeamento de produtos provenientes de uma cultura externa juntamente à perversa imposição cultural, dos países desenvolvidos, constituem um dos quadros desse preocupante cenário apresentado.

Devemos também incluir nesse caldeirão complexo de conjunturas nacionais e internacionais, a falta, ou melhor, o processo de ocultação dos fatos históricos, promovidos por intencional projeto de dominação política cultural, cuja consequência direta contém significativa ignorância histórica e falta de identificação com as raízes culturais, que perduram de forma marginalizada na sociedade brasileira.

A rica multiplicidade cultural existente nessa imensa porção geográfica denominada Brasil, constituída por conjunturas de criminosos processos de colonização, sempre foi negada e combatida pelas elites existentes em nossa sociedade, alguns fatos históricos já apresentados no texto podem exemplificar e comprovar esta postura, como o processo de tentativa de embranquecimento da sociedade brasileira, a partir da estimulação da imigração europeia, ocorrido por volta do século XIX.

A população que hoje constitui a sociedade brasileira tem direta descendência dos antigos povos indígenas, africanos e colonizadores europeus, dentro do contexto de dominação política cultural, constituiu-se uma nítida valorização ou hegemonia etnocêntrica e uma nítida desvalorização e marginalização da cultura indígena e africana.

Infelizmente a mesma estrutura de dominação existente no passado permanece nos dias atuais, disfarçada pelo mito da democracia racial e pela desvalorização cultural que

oculta na realidade à tentativa de erradicação das culturas dos povos subjugados, a sociedade brasileira está inserida numa complexa gama de problemas étnico raciais, que possuem relação direta com as desigualdades sociais e exploração dos trabalhadores existente no Brasil, associados aos planos institucionalizados de dominação hegemônica de classe, possivelmente canalizada através da estrutura escolar.

Na escola atual, em função da crise profunda da tradição cultural e da concepção da vida e do homem, verifica-se um processo de progressiva degenerescência: as escolas de tipo profissional, isto é, preocupadas em satisfazer interesses práticos imediatos, predominam sobre a escola formativa, imediatamente desinteressada. O aspecto mais paradoxal reside em que este novo tipo de escola aparece e é elovado como democrático, quando na realidade, não só é destinado a perpetuar as diferenças sociais, como ainda a cristalizá-las em formas chinesas. (GRAMSCI, 2001, p. 49).

A escola formativa descrita por Gramsci representa em nossa compreensão a escola a qual nos referimos sua depreciação no sentido formativo, demonstrada aqui pela imposição de elementos culturais hegemônicos, nos leva ao entendimento, que através dos valores morais e culturais implícitos a sua dinâmica de funcionamento, vivencia-se hoje uma construção da dominação política ideológica em seu meio.

Conjuntamente a expansão do ensino profissionalizante completa-se ao complexo quadro, que reforça a perpetuação das diferenças sociais, apresentados muitas das vezes como planos de desenvolvimento para o país, ocultando a intencionalidade do sistema de preparação de mão-de-obra despolitizada e barata.

Entretanto, o discurso de Gramsci sobre a escola nasce do discurso sobre os intelectuais, sobre a cultura e o princípio educativo da classe trabalhadora. Para que a escola não reproduza o consenso e a hegemonia burguesa, Gramsci reforça a importância da construção de uma interpretação da cultura própria da classe trabalhadora e, a partir disso, de um novo princípio educativo. A chave para a classe proletária apropriar-se da cultura, do conhecimento, estaria na luta pela autonomia dos intelectuais proletários em relação aos intelectuais burgueses. (<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes>), acesso em 01/10/2015.

Desta forma podemos compreender que uma nova estrutura escolar coloca-se como necessária, pois os condicionantes educativos revelados nos dias atuais não possibilitam alternativas de modificação, o novo princípio educativo apontado acima, nos leva a reflexões sobre uma possível transformação no âmbito educativo que traria diretas modificações nas relações de trabalho.

A valorização da cultura própria da classe trabalhadora é elemento fundamental, entendemos aqui cultura proletária como subjacente a cultura dos grupos étnicos que na atualidade são submetidos ao processo de dominação e exploração do capital, no seu nível de exploração assalariada e de exército industrial de reserva.

Desta forma a política de dominação cultural transmitida possivelmente por um dos meios institucionalizados representados pela escola, reflete como já colocado, a valorização

cultural e moral dos grupos sociais dominantes, desencadeando a construção e manutenção da hegemonia de classe, cuja transformação é possível, entretanto perpassa por processos de luta políticas.

6. A estrutura sindical brasileira no contexto de reestruturação do capital

Chegamos ao terceiro ponto de análise cuja abordagem dos fatores políticos e históricos apresenta-se como necessária, para entendermos um pouco o processo de formação e modificação das estruturas sindicais brasileiras, que representam mesmo com suas contradições institucionais, um importante espaço de articulação dos trabalhadores e deve ser ocupado, e servir aos mesmos.

A estrutura do capital possui monopólios nas conjecturas contrárias a sua lógica espoliativa, sua ação dominante age com intensidade significativa e impõe dificuldades para a realização de ações contrárias, entretanto utilizando uma das formas de manifestação territorial de resistência, a dinâmica do capital, a greve desencadeada por ações sindicais ou não, apresenta meios de enfrentamento.

A partir de um foco territorial de combate caracterizado por ações grevistas ou manifestações sociais percebesse a magnitude da repressão e poder de dominação do capital, que através de processos de reestruturação promovem a cooptação de ações combativas na tentativa de erradicá-las, está dinâmica concretiza-se no espaço através de reorganizações políticas institucionais.

Neste capítulo procuraremos analisar os fatores existentes em nossa história política, que influenciaram no processo de constituição e institucionalização do sindicato, mediados em nossa concepção pela reestruturação do grande capital, trazendo significativa modificação na postura de organização do trabalho, concomitantemente as ações de resistência dos trabalhadores, mais não excluindo sua existência.

Ressaltando que a concepção apresentada tem caráter analítico objetivando a reflexão sobre os possíveis fatores que contribuíram com este processo.

Para compreendermos os impactos realizados contra a estrutura sindical brasileira, é imprescindível, analisarmos como se desenvolveu os primeiros focos de combate a exploração do trabalho assalariado em nosso país.

Podemos considerar que a resistência a exploração do trabalho na estrutura industrial nascente no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, que inaugura a utilização da greve como principal instrumento de enfrentamento apoiada pelo sindicato, revela a capacidade de tencionamento dos trabalhadores.

O direito de greve no Brasil é, historicamente, um tema altamente controverso e sua regulamentação obedece às diferentes correlações de força existentes em cada momento histórico. Via de regra, porém, a greve

no Brasil tem sido definida mais como delito do que como direito, o que não tem impedido que o movimento sindical lance mão dessa sua arma em defesa dos direitos e das reivindicações dos trabalhadores. (<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2004/> acesso em 15/07/2015).

Percebida rapidamente pelos órgãos do Estado como elemento poderoso de enfrentamento a exploração, sofre a partir da década de 1930 intenso processo de cooptação, representada pelo aparelhamento sindical, no sentido de desarticular o poder dos trabalhadores, aprofundaremos esta problemática nas páginas seguintes.

O país passava por um processo de desenvolvimento industrial, necessitava de mão de obra enquadrada em suas orientações e empreendimentos, passando a prática de aparelhamento, utilizada como estratégia de pacificação e eliminação da combatividade.

Entretanto a constatação de enfrentamentos e resistências é frequentemente encontrada na realidade material designada pela dinâmica capitalista, mesmo com toda sua magnitude de dominação, as ações de combate não são exterminadas, ou seja, o capital não consegue padronizar por completo os segmentos que constituem a sociedade.

Desta forma coloca-se como necessário entendermos com mais profundidade as ações de resistência ao processo de padronização e controle, a partir do estudo de sua manifestação territorial, que pode revelar as vicissitudes encontradas no meio deste desigual combate.

Para compreendermos as ações territoriais dos trabalhadores procuramos analisar o processo de formação de sua dimensão social no âmbito nacional, ou seja, estudar os condicionantes conjunturais que promoveram a submissão ao trabalho dos grupos étnicos transplantados para esse território.

A formação da classe trabalhadora em nosso país pode ser percebida através das formas de organização e combate ao trabalho escravo, num primeiro momento, e posteriormente ao assalariado.

Quando nos ferimos as questões relacionadas ao trabalho no contexto nacional, podemos levar em consideração as iniciais formas de sua implantação, ou seja, o trabalho escravo já ressaltado acima, como fator estruturante dos condicionantes de exploração.

Pois o modelo de organização das atividades produtivas baseado na escravidão representa um momento histórico do capitalismo que deixou marcas, cujas sequelas perduram até os dias de hoje, desempenhando um papel agravante nas relações de exploração posteriores a sua existência, possivelmente representadas nos desiguais níveis étnicos de exploração no mercado de trabalho.

No Brasil, os primeiros estudos empíricos sobre a desigualdade racial no mercado de trabalho datam do pós-Segunda Guerra Mundial. Eles confrontaram, em linhas gerais, duas correntes que se baseavam em concepções distintas do fenômeno das desigualdades: uma que acreditava no funcionamento meritocrático do mercado como o principal fator de ascensão social dos não brancos; e outra que sustentava a existência de barreiras sociais e raciais. Ambas procuraram fundamentar suas hipóteses em uma análise de dados. Representando este segundo grupo de cientistas

sociais, Fernandes (1972) tem como ponto de partida o estudo da "flagrante desigualdade que separa o negro do branco na estrutura profissional em São Paulo", p.63. (fonte: <http://www.scielo.br/scielo>) acesso em 12/09/2015.

Desta forma podemos observar desigualdades raciais no contexto contemporâneo das atividades profissionais, cuja influencia direta da antiga estrutura escravocrata, apresenta-se claramente.

A partir desta perspectiva podemos identificar associado aos condicionantes estruturais descritos acima, a influência das formas de resistência desenvolvidas em seu bojo, como por exemplo, os "KILOMBOS", cujo principal objetivo estava ligado à negação ao trabalho escravo, como elementos que colaboraram com o processo de constituição de organizações territoriais de resistência.

Sendo assim o contexto de formação da classe trabalhadora é inerente ao processo de desenvolvimento das forças produtivas do capital, cuja herança social resulta dos condicionantes históricos precedentes a sua existência, presente nos períodos de escravidão explícita e utilização da força de trabalho como bem imaterial privado.

No Brasil os condicionantes de formação da dimensão social proletária ligam-se as conjunturas nacionais e internacionais, a formação e consolidação da classe proletarizada associa-se à construção de formas organizativas de combate a escravidão como constatado acima, e a exploração do trabalho assalariado, representadas pela organização dos trabalhadores na estrutura sindical.

A formação da classe trabalhadora e suas estruturas de organização política no país são contemporâneas ao processo de imigração europeia, aliado à estrutura social escravocrata.

Esta concepção pode ser reforçada pelas palavras de Marcelo Badaró Mattos quando o mesmo diz:

...que a história de formação da classe trabalhadora no Brasil começa durante a vigência da escravidão e não apenas a partir de 1888, com a chegada em massa dos imigrantes europeus, que – com base em uma generalização do que se viu em São Paulo – são identificados muitas vezes como a classe operaria no Brasil, e associados aos primeiros sindicatos, as greves e as propostas de transformação social. Isso, porém não significa dizer que a classe trabalhadora esteja formada no Brasil antes da virada do século 19 para o 20. (MATTOS:2009p.30).

A forma de organização do trabalho no Brasil no final do século XIX assume de forma mais significativa o regime assalariado de trabalho, inserido um contingente de imigrantes europeus na estrutura de produção baseada nos moldes fabris.

Este processo alinha-se a intencionalidade política ideológica de embranquecimento da população "nacional", e disponibilidade de mão-de-obra vulnerável e barata, levando em consideração a situação de refugiados de guerra que se enquadravam grande maioria dos imigrantes.

Esta diáspora trouxe consigo significativos elementos de orientação ideológica baseados nas concepções de organização sindical, como o anarcossindicalismo e comunismo, levando ao desenvolvimento das primeiras estruturas sindicais consolidadas no país.

A influência das formas de combate herdadas pela classe trabalhadora nascente no Brasil representada pelos imigrantes possui relação direta com as estruturas de manifestação praticadas no continente europeu, cujas mobilizações em massa, organizada pelos sindicatos gerais focava-se na solidariedade da classe em nível nacional e mundial, pois a união dos trabalhadores foi facilmente entendida como um fator fortificador de sua combatividade sendo,

O complemento do sindicato geral era a greve geral, formulada como um conceito e uma tática sistemática da classe trabalhadora deste período, notadamente na obra de William Bembov, *O Grande Feriado Nacional e o Congresso das classes Produtivas* (1832), (Hobsbawm p.231, 1977).

A prática sindical e a greve inserem-se conjuntamente a inserção dos indivíduos imigrados e inseridos no mercado de trabalho nascente, neste momento, “

Dois formas de organização do proletariado predominavam: a marxista na qual o operariado se organizava em partido político e próximo ao partido os sindicatos de trabalhadores tendo como principal exemplo o partido social democrata alemão, e a anarquista, na qual os trabalhadores se organizariam em associações sem vínculos partidários e teriam a greve geral como maior instrumento revolucionário. (ELHAKIM DE PAULA 2011, p.74).

Podemos entender as duas formas de enfrentamento apresentadas até o momento como elementos de resistência territorial, realizadas contra os regimes espoliativos de trabalho desenvolvidos pelo capitalismo no Brasil.

Ou seja, as organizações de escravos insurretos, os quilombos, tinham como finalidade interromper a lógica escravocrata de submissão da condição humana ao trabalho compulsório nas monoculturas do novo mundo, enquanto as greves gerais praticadas pelos imigrantes inseridos na recente indústria nacional, de forma espoliativa, possuíam a intencionalidade de interromper a comparativa escravidão nos moldes industrializados da então recente classe trabalhadora.

Para entendermos o processo de territorialização na sua atualidade é necessário observarmos a herança histórica, cujas formas organizativas de resistência no passado influenciam diretamente.

Os elementos históricos descritos acima possuem intimas ligações, pois ocorrem dentro de uma conjuntura internacional concomitante, cujo suposto fim da escravidão ocorrido no ano de 1888 coincide com um ano de intensa imigração de um contingente populacional europeu, influenciando as já existentes formas de combate ao trabalho espoliador no Brasil, com sua bagagem política ideológica, pautada principalmente no anarcossindicalismo inicialmente.

Com a modificação estrutural do trabalho, ou seja, a substituição do trabalho escravo pelo assalariado em nosso país, as greves gerais e a estrutura de organização sindical, foram elementos presentes e adotados como forma de enfrentamento a exploração, no início do século XX.

Isso não quer dizer que a situação dos povos escravizados, literalmente, tenha sido solucionada, ao contrario, sua não inserção no mercado de trabalho inicialmente, deixou este grupo social a margem, sujeito a exclusão e marginalização, inseridos em diferentes momentos no mercado de trabalho de forma desigual.

Entretanto entendemos como significativo seu processo de resistência ao trabalho escravo, evidenciando sua ocorrência histórica e relacionando-a a formação da classe social dos trabalhadores brasileiros.

Com a singela apresentação dos condicionantes históricos de formação do proletariado em nosso país, podemos identificar as origens dos moldes de resistência político territorial, cuja perpetuação pode ser evidenciada na consolidação dos sindicatos,

Os sindicatos revolucionários estavam organizados por grande parte do país até fins da década de 1920. E essa organização tinha como objetivo a ruptura com a ordem social totalmente desvantajosa aos trabalhadores, visto as más condições de trabalho, salário e moradia". (ELHAKIM DE PAULA, 2011 p.78).

E entendermos como a greve foi caracteriza principal instrumento de resistência, e de caráter territorializante, desempenhado papel fundamental na organização dos trabalhadores, pois se apropriava e materializava-se no espaço, ou seja, possibilitava à união dos trabalhadores em prol de uma reivindicação comum sobrepondo-se as forças políticas externas de forma territorial.

Fatos históricos contidos na realidade brasileira já em meados da década de 1930 apresentam a transformação desse processo, a cooptação dos instrumentos de luta da classe trabalhadora, ocorrida através da oficialização dos sindicatos existentes no Brasil, realizada no governo de Getúlio Vargas, representam modificações na estrutura de organização dos sindicatos.

O governo de Getúlio promoveu um redirecionamento econômico no Brasil colocando o desenvolvimento industrial a frente do desenvolvimento agrícola, a indústria atingiu taxas de crescimento de extrema relevância, consequentemente o aumento do numero de trabalhadores também acompanhou este processo, um governo burguês que efetuou a construção de uma legislação trabalhista resultante de uma política trabalhista, e não concedida como ato de benevolência governamental.

Vargas conseguiu através de uma ação repressiva "excluir dos sindicatos e da vida política as lideranças mais combativas, capazes de resistir à proposta estatal" (Marcelo Badaró 2009 p.75), através da construção de uma legislação social aliada a construção

cultural de dignificação do trabalhador, o governo de Getúlio ampliou sua dominação sobre as massas trabalhadoras conquistando-os através do seu populismo.

Portanto a partir de 1930 com o governo de Getúlio Vargas a estrutura sindical sofre um processo de verticalização de sua orientação política funcional, uma hierarquização sindical associada a cooptação dos sindicatos dos trabalhadores brasileiros, e a legalização de direitos trabalhistas objetivando a diminuição das greves e manifestações sociais que ameaçavam o status-quo.

Nesse momento evidenciamos o processo de cooptação das organizações sindicais realizados pelo governo Getulista, cuja criação do Ministério do Trabalho Indústria e Comercio (MTIC), apresenta-se como um dos principais fatores desse processo, onde a formação da maioria das leis trabalhistas foi realizada e serviu à formação da CLT, a criação do MITC representa o processo de oficialização das organizações sindicais no Brasil.

Este processo no cenário nacional desenvolve-se através do sindicalismo de Estado aliado à ideologia da legalidade sindical, O Estado concede a representatividade e poder de negociação ao sindicato oficial, através do seu reconhecimento como organismo que representa um determinado segmento de trabalhadores. Trata-se daquilo que Azis Simão denominou investidura sindical. A investidura sindical, que se consuma na concessão, pelo Estado, da carta de reconhecimento ou carta sindical, é a característica fundamental, e por isso invariante do sindicato de Estado, (Armando Boito p.27 1991).

Através da legislação da década de trinta, criou-se a oficialização dos sindicatos, presentes no decreto de lei nº 19770 de março de 1931, criando-se assim efeitos de seria importância na estrutura sindical.

Mesmo com as vicissitudes do aparelhamento produzidas pela estrutura burocrática estatal, o sindicato não deixou de desenvolver ações de organização em massa da classe trabalhadora, o instrumento de reivindicação do trabalhador assalariado continuou sendo representado pelas greves, exemplificamos a continuidade das mesmas, a partir dos ciclos de greves apresentado por G.NORONHA.

O primeiro grande ciclo de greves (como passaremos a denominá-lo) durou cerca de 20 anos e está subdividido em três fases: a primeira, de expansão (1978-1984); a segunda, de explosão das greves (1985-1992) e a terceira, de resistência e declínio do ciclo (1993-1997). A partir de então, e apesar de oscilações não desprezíveis, as greves apresentam relativa estabilidade com um volume de conflitos médio para os padrões internacionais. (<http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a05>), acesso em 09/09/2015.

A análise apresentada pelo autor relaciona os diferentes momentos políticos e econômicos, com os períodos de maior, menor e estabilização da ocorrência de greves no país, o quadro a seguir apresenta de forma detalhada o ciclo de greves:

Tabela 1. Media anual de greves no Brasil por períodos político-econômicos.

PERÍODOS	MÉDIA ANUAL
Industrialização e desenvolvimentismo: greves raras	
1888-1900 Abolição – fim do século (a)	2
1901-1914 Pré-guerra (a)	9
1915-1929 Da guerra à crise de 1929 (a)	8
1930-1936 Vargas – Primeira fase (a)	12
1937-1944 Estado Novo (a)	1
1945-1964 Democracia (populismo) (b)	43
1965-1968 Militares (Castello – Costa e Silva) (b)	13
1969-1977 Militares ("duros") (c)	–
O primeiro grande ciclo de greves no Brasil: transições	
1978-1984 Militares: abertura e o início do 1º grande ciclo de greves (d)	214
1985-1989 Governo Sarney: o auge do ciclo na transição política sob inflação (e)	1.102
1990-1992 De Collor ao <i>impeachment</i> : greves na democracia incerta	1.126
1993-1994 O interregno de Itamar: expectativas e incertezas até o Plano Real	842
1995-1998 FHC: resistência e mudança sindical no final do 1º grande ciclo	865
A normalidade: greves na jovem democracia brasileira	
1999-2002 FHC: consolidação da economia liberal e <i>normalidade</i> das greves	440
2003-2007 Lula: das greves à presidência – da elite operária ao Bolsa Família.	322

Fontes: (a) (Simão, 1981) Sindicato e Estado. Dados referem-se apenas ao Estado de S. Paulo; (b) (Sandoval, 1993) Social change and labour unrest in Brazil since 1945; (c) Não há informações coletadas para esse período, mas sabe-se que foram em número muito reduzido; (d) NEPP/Unicamp. Pesquisa: Acompanhamento de Greves no Brasil; (e) SAG/Dieese. Sistema de Acompanhamento de Greves.

Pretendemos demonstrar através desses dados, de uma maneira sucinta os diferentes momentos de ocorrência de greves, influenciados por fatores conjunturais, com o objetivo de chegarmos até o recorte temporal proposto pela análise, que se inicia no ano de 2003 compreendendo o período classificado pelo autor como de normalidade, até o ano de 2012, já não compreendido pela proposta do autor.

7. Um recorte temporal possibilitando entender a dinâmica de territorialização das greves em Ourinhos

Iniciaremos neste momento do texto a apresentação de informações sobre o contexto nacional de greves no intervalo dos anos de 2003 a 2012, com o objetivo de reunirmos alguns dados quantitativos em relação à temática, no sentido de fundamentar nossa proposta, para observarmos os condicionantes estruturais que influenciaram a manifestação territorial de greves na cidade de Ourinhos.

O que chama mais atenção nas informações encontradas para explicar o número de ocorrências de greves, no ano de 2003, que representa o início do recorte temporal adotado, é a dificuldade encontrada pelos trabalhadores de conseguir estabelecer negociações não defensivas, indicada pelo reajuste salarial abaixo do índice de inflação.

O fato de os resultados apurados nos primeiros meses deste ano serem bastante negativos em comparação com períodos anteriores pode ser indicativo de uma fase de dificuldades sensíveis para os trabalhadores que se sentam às mesas de negociação. Mesmo porque os resultados desta primeira metade de 2003 são bastante inferiores aos do mesmo período de 2002 – quando 59% das categorias conseguiram repor a inflação – e mais ainda aos seis primeiros meses de 2000 e 2001, quando 68% das negociações resultaram em reajuste equivalente, no mínimo, ao INPC-IBGE para a sua data-base. (<http://www.dieese.org.br/balancodosreajustes>). Acesso em 15/07/2015.

Outro fator encontrado que representa expressiva dificuldade para as negociações dos trabalhadores diante ao empresariado está na:

forma de concessão dos reajustes, é possível que esteja despontando uma tendência conjuntural importante no padrão das negociações salariais no país: trata-se do recurso patronal ao parcelamento dos índices de reajuste salarial ao longo dos meses subsequentes à data-base. No período compreendido entre 1997 e 2002, entre 2% e 9% do total dos acordos analisados pelo DIEESE parcelaram os reajustes negociados. Em 2003, a prática parece estar se difundindo em maior escala. Em 33% dos acordos analisados o reajuste convencionado não foi aplicado de imediato aos salários, mas decomposto em parcelas a serem incorporadas aos vencimentos dos trabalhadores no transcorrer do primeiro e segundo semestres. Considerando apenas o conjunto das negociações que resultaram em parcelamento dos índices conquistados pelos trabalhadores ao final das rodadas de negociação, em 63% dos casos, os trabalhadores já haviam sido prejudicados pelo estabelecimento de índices insuficientes para repor a inflação acumulada. Nos restantes 37% das ocorrências, o índice negociado foi igual ou apenas ligeiramente superior ao INPC-IBGE. A prática do parcelamento dos reajustes acarreta aos trabalhadores, mesmo quando os índices são suficientes para recompor as perdas inflacionárias, um prolongamento da defasagem de seus salários por meses a fio. A alta frequência desses parcelamentos parece ser indício de que o quadro das negociações salariais neste ano tem sido, na verdade, ainda pior do que o esboçado pelas análises até agora expostas. A maioria das ocorrências de reajustes fracionados se aplicou à indústria (55%), enquanto os trabalhadores do setor de serviços firmaram 39% dos acordos desse tipo. Fonte: (http://www.dieese.org.br/balancodosreajustes/2003/balneg1_2003.)

O ano de 2003 apresenta uma característica diferenciada dos anos anteriores é a primeira vez, desde a extinção da política salarial, que a maioria das negociações coletivas apresentadas pelo DIEESE, resulta em reajustes salariais inferiores à variação integral do INPC-IBGE, índice de inflação. Até mesmo no primeiro semestre de 1999, entendido como o pior momento para as negociações salariais, 55% das categorias então incluídas no balanço das negociações haviam pelo menos conseguido assegurar negociações de reajuste equivalente à inflação oficial.

Outro fator importante observado, referente à discussão que estabelecemos está presente. “No que diz respeito à localização territorial das negociações, 65% dos acordos e convenções coletivas considerados são da região Sudeste; 18% referem-se à região Sul, 10%, à Centro-Oeste e 5%, à Nordeste. Da região Norte provém apenas 1% das informações. Fonte (http://www.dieese.org.br/balancodosreajustes/2003/balneg1_2003 acesso em 15/07/2015).

Desta maneira podemos identificar forte presença na região sudeste de acordos coletivos desfavoráveis neste momento aos trabalhadores, evidenciando modificações conjunturais nas formas de negociação.

Devido aos fatores apresentados a partir do ano de 2003 entendemos como necessário direcionarmos nosso olhar para o mesmo, pois seus aspectos representam um difícil momento para as formas de organização dos trabalhadores.

Daremos continuidade à apresentação de dados anuais coletados pelo (SAGE DIEESE) no sentido de observar as vicissitudes encontradas pelos trabalhadores, em suas formas de enfrentamento a exploração do trabalho.

O ano de 2004 apresenta indicadores de maior mobilização e paralisações do setor público em relação ao privado de atividades profissionais,

Conforme se pode verificar, 80% das greves protagonizadas pelos funcionários públicos caracterizaram-se pela participação de toda a categoria. Estas paralisações reuniram 59% do total de grevistas, 66% do total de horas paradas e 63% do total de trabalhadores x horas paradas. Em média, cada uma delas mobilizou quase 14 mil trabalhadores. Na esfera privada ocorreu o inverso: cerca de 82% das paralisações registradas foram realizadas isoladamente, em empresas ou plantas de empresa, e representaram 14% do total de grevistas; 16% das horas paradas e 4% do total de trabalhadores e horas paradas. Nestas paralisações, foi observada uma média de 1.200 trabalhadores por greve. Fonte: (DIEESE).

O número de trabalhadores atuantes no setor público superou significativamente a quantidade de trabalhadores na esfera privada, suas paralisações apresentaram uma adesão extremamente significativa, como comprova os dados do DIEESE, o que podemos observar neste ano, é que a maioria das paralisações assumiu caráter ofensivo diferente do ano anterior, cuja maioria das paralisações apresentava postura defensiva.

A força desempenhada pela grande adesão dos trabalhadores no setor público pode evidenciar a postura assumida realizada pela maioria das greves ocorridas neste ano.

Exatamente 65% das paralisações possuíam pautas ou reivindicações classificadas como de interesse, com o objetivo de realizar novas conquistas e assegurar as já obtidas.

Em contra partida o número de greves com caráter defensivo também se manifesta neste ano, mais como apresentado acima em menor quantidade aproximadamente 53% do total de greves em 2004 possuíam esta postura.

Os itens de reivindicação que norteavam a maioria das reivindicações no contexto defensivo enquadravam-se no combate ao descumprimento patronal de direitos conquistados e estabelecidos por lei.

Em suma podemos compreender que, “as greves de menor expressão tenderam a se bater contra o descumprimento de direitos, enquanto as grandes mobilizações ordinariamente buscaram, em muito maior escala, avanços das condições vigentes, especialmente no tocante à remuneração”. (<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2004>).

A tabela a seguir apresenta com mais profundidade informações quantitativas de greves ocorridas nos diferentes setores profissionais no ano de 2004.

Tabela 2.

**Total de greves e horas paradas nas esferas pública e privada, por setor de atividade
Brasil, 2004**

Esfera / Setor	Greves		Horas Paradas	
	nº	%	nº	% ⁽²⁾
ESFERA PÚBLICA	185	61,3	19.768	85,4
Funcionalismo Público	158	52,3	19.240	83,2
Governo Estadual	80	26,5	10.320	44,6
Governo Municipal	47	15,6	4.920	21,3
Governo Federal	31	10,3	4.000	17,3
Empresas Estatais	27	8,9	528	2,3
Serviços	13	4,3	266	1,1
Indústria	12	4,0	126	0,5
Comércio	2	0,7	136	0,6
ESFERA PRIVADA	114	37,7	3.099	13,4
Serviços	59	19,5	1.685	7,3
Indústria	54	17,9	1.406	6,1
Comércio	0	0,0	0	0,0
Rural	1	0,3	8	0,0
ESFERA PÚBLICA E PRIVADA ⁽¹⁾	3	1,0	271	1,2
Total	302	100,0 ⁽²⁾	23.138	100,0

Fonte: DIEESE

Notas: ⁽¹⁾ Greves da categoria bancários, duas em nível nacional e outra na região sudeste, que envolveram trabalhadores de bancos públicos e de bancos privados.

⁽²⁾ Por conta de arredondamentos, os percentuais podem, por um dígito, não somar 100.

As reivindicações mais realizadas nas greves desse período são de reajuste salarial cerca de 55%, o restante encaixa-se em questões de descumprimento de acordos e leis, como já apresentado.

As mobilizações mais significativas numericamente neste momento foram:

Quatro greves mais encorpadas, das quais participaram quase 700 mil trabalhadores, aglutinaram cerca de 54% do total de grevistas assinalado no ano. A maior delas, em número de adesões, foi uma paralisação de 24 horas realizada no final de junho pelos servidores públicos do estado de São Paulo das áreas de saúde, transportes, segurança pública e educação. Nessa ocasião, cruzaram os braços aproximadamente 300 mil trabalhadores. Também se destacaram, nesse quesito, a mobilização nacional dos bancários, que, em campanha de data-base, contou com um pico de adesão correspondente a 200 mil trabalhadores, e uma greve nacional dos funcionários da União, que durou 23 dias – de 10 de maio a 1º de junho – e envolveu mais de 137 mil

servidores. (<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2004>, acesso em 15/07/2015).

Passamos agora a um breve balanço de greves no ano de 2005, o que podemos observar já de início é a continuidade da esfera pública na liderança do números de paralizações, exatamente 162 ou 54% segundo SAG-DIEESE.

Em 2005 o SAG-DIEESE registrou o acompanhamento de 299 greves, que paralisaram por quase 20 mil horas as atividades produtivas no país. A maior parte desses movimentos – 162 ou 54% - ocorreu na esfera pública, que engloba os funcionários públicos e os trabalhadores em empresas estatais. Os funcionários públicos empreenderam 46% das paralisações - 22% no âmbito estadual, 12% no municipal e 11% no federal, além de duas que envolveram trabalhadores municipais e estaduais - e os empregados de estatais os demais 8%. (Fonte: <http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2005>).

A partir dos dados apresentados podemos confirmar mais um ano, cuja ação do setor público no sentido de mobilizações coloca-se a frente do setor privado, mais em relação ao ano de 2004 percebeu-se um aumento proporcional no número de greves do setor privado.

O número de paralisações de atividades no setor industrial dentro da esfera privada, apresenta dados superiores ao da esfera pública, 25% das greves ocorridas nesse ano resultam dos trabalhadores em indústria, enquanto no setor possui apenas 3,7% das mobilizações, podemos refletir neste ponto sobre alguns aspectos que influenciam no numero superior de mobilizações no setor privado, a partir da reestruturação industrial, da flexibilização e outros condicionantes econômicos, culturais e políticos, que aumentaram a exploração do trabalho no setor industrial.

Abordaremos este ponto como delineador de nossas considerações finais mais no momento estabelecerão ligações somente a ideia embasada na influência das relações globais, no processo de manifestação das manifestações territorializadas dos trabalhadores.

Como podemos observar neste ano o setor privado vem apresentando maior participação nas atividades de mobilizações dos trabalhadores, ou seja, a greve, este fenômeno pode ter relação direta com as transformações viabilizadas pelos processos globais de expansão do modo de produção capitalista, cujo setor privado pode ser considerado como sinônimo voltaremos a este ponto mais adiante.

Agora estamos interessados em apresentar um singelo balanço das greves dentro do recorte temporal estabelecido, para que possamos angariar informações que sustentem nossa reflexão analítica.

A tabela a seguir demonstra o total de greves na esfera pública e privada no segundo semestre do ano de 2005 com maior nível de detalhe:

Tabela 3.

Total de greves e horas paradas nas esferas pública e privada, por setor de atividade Brasil, 2005				
Esfera / Setor	Greves		Horas Paradas	
	nº	%	nº	% ⁽¹⁾
ESFERA PÚBLICA	162	54,2	15.422	79,2
Funcionalismo Público	138	46,2	14.689	75,5
Governo Estadual	66	22,1	5.207	26,7
Governo Municipal	36	12,0	3.175	16,3
Governo Federal	34	11,4	6.227	32,0
Governos Municipal e Estadual ⁽¹⁾	2	0,7	88	0,5
Empresas Estatais	24	8,0	725	3,7
Serviços	11	3,7	337	1,7
Indústria	11	3,7	252	1,3
Comércio	1	0,3	128	0,7
Indústria e Comércio ⁽²⁾	1	0,3	8	0,0
ESFERA PRIVADA	135	45,2	3.973	20,4
Serviços	59	19,7	1.881	9,7
Indústria	74	24,7	2.018	10,4
Comércio	1	0,3	2	0,0
Rural	1	0,3	72	0,4
ESFERA PÚBLICA E PRIVADA ⁽³⁾	2	0,7	80	0,4
Total	299	100,0	19.475	100,0

Fonte: DIEESE

Notas: ⁽¹⁾ Greves das categorias profissionais de saúde e médicos que envolveram funcionários públicos estaduais e municipais.

⁽²⁾ Petrobras e BR Distribuidora

⁽³⁾ Greves da categoria bancários em nível nacional, que envolveram trabalhadores de bancos públicos e privados.

^(*) Por conta de arredondamentos, os percentuais podem, por um dígito, não somar 100.

Como podemos notar a esfera pública supera em quantidade as mobilizações no setor privado, entretanto a indústria na esfera privada apresenta uma superioridade numérica muito maior do que a esfera pública, cerca de 74 greves foram realizadas neste setor enquanto apenas 11 realizaram-se no setor estatal.

Isso pode ser resultado da maior participação do setor privado na esfera industrial, devido ao intenso processo de privatização que passou e vem passando o país, e também indica uma considerável mobilização do setor industrial na esfera privada neste ano, observado também no ano anterior.

O que podemos compreender de uma forma geral das greves do ano 2005 e que,

Das poucas distinções que sobressaem da comparação entre os dois períodos é a queda da participação dos trabalhadores da esfera pública comparativamente aos da esfera privada: a prevalência dos primeiros sobre os segundos em 2004 – 62% contra 38% –, cedeu espaço a um maior equilíbrio no ano subsequente – 54% contra 45%²³. A presença dos servidores públicos dos três níveis administrativos, que em 2004 protagonizaram a maioria absoluta das greves registradas (52%), recuou para menos da metade (46%) das paralisações cadastradas em 2005. Ainda assim, detêm participação destacada no conjunto das mobilizações ocorridas no ano, dada sua maior facilidade de articulação. Fonte: (<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2005>).

Não pretendemos carregar a proposta de trabalho com massiva bagagem quantitativa, entendemos a importância e necessidade de trabalharmos com dados, entretanto pretendemos realizarmos uma pequena síntese em relação ao balanço de greves dos anos de 2006, 2007, 2008, 2009 no sentido de não sobrecarregar o texto, com argumentos quantitativos.

Voltaremos a observação um pouco mais aprofundada sobre o balanço de greves dos anos de 2010, 2011 e 2012, com o objetivo de encaminharmos a nossa proposta de trabalho ao final.

Passamos agora a um pequeno resumo do balanço de greves no período do ano de 2006, encontramos a ocorrência de 193 greves segundo SAGE DIEESE, cuja evidenciação da superioridade numérica das greves no setor público ainda é constatado, revelando também significativa atividade de mobilização no setor industrial privado.

Podemos observar que,

A média de grevistas na esfera pública é superior à observada na iniciativa privada: 9,6 mil contra pouco menos de 6 mil³. Todavia, a média de grevistas entre os industriários aproxima-se muito do patamar observado na esfera pública. Essa proximidade se explica pela eclosão de duas grandes greves de categoria que elevaram a participação dos trabalhadores da indústria nos movimentos paredistas desencadeados em 2006. Trata-se aqui, especialmente, de duas mobilizações levadas a cabo por operários da construção civil nos estados de São Paulo e Espírito Santo. A primeira contou com a adesão de 73 mil trabalhadores e na segunda foram contabilizados 50 mil grevistas. Não fosse a existência desses dois movimentos, a média de grevistas na indústria teria se aproximado da verificada no setor de serviços, no qual se constatou uma participação de 2,9 mil trabalhadores por movimento. (Fonte: <http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2006> acesso em 15/07/2015).

Ainda neste ano o setor privado, que representa menos de um terço de trabalhadores paralisados neste ano, a quantidade de grevistas atingiu quase três vezes mais ao observado no setor de serviços, “cerca de 181 mil contra 64 mil (participação de 20% e 7% no indicador total, respectivamente). Já a diferença em trabalhadores x horas paradas foi ainda maior: 12,9 milhões contra 1,6 milhão (10% contra 1% do total)”. Fonte: DIEESE.

Já em 2007 observamos uma continuidade nos dados observados desde 2004, que demonstraram a ocorrência de maiores números de greves no setor público em relação ao setor privado.

Em 2007, foram registradas no SAG-DIEESE 316 greves, que resultaram na paralisação de quase 29 mil horas de trabalho em todo o país (Tabela 1). Desse total, 161 (51%) foram empreendidas pelos trabalhadores da esfera pública, que compreende o funcionalismo público nos âmbitos municipal, estadual e federal, além dos empregados em empresas estatais. (Fonte: <http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2007>).

Neste ano destacamos a ocorrência de três grandes greves no setor privado, cujas duas delas foram movidas por trabalhadores da categoria dos metalúrgicos, uma delas de âmbito nacional, tendo a participação de 170 mil operários, a segunda realizada no estado de São Paulo contou com a participação de 190 mil proletários.

A terceira mobilização foi registrada na construção civil também no estado de São Paulo, apresentando um contingente de participantes na ordem de 130 mil trabalhadores. Juntos, esses três movimentos somaram 490 mil trabalhadores – 76% do total de grevistas da esfera privada e 34% do total geral.

Ainda em 2007,

Aproximadamente 61% dos movimentos observados obtiveram algum êxito no atendimento de suas reivindicações. As mobilizações organizadas por trabalhadores de empresas estatais apresentaram maior efetividade, com 86% de greves com reivindicações atendidas total ou parcialmente. Esse percentual reduz-se para 71% nas greves na esfera privada e para 50%, no funcionalismo público. Quanto ao atendimento total das reivindicações, o percentual nas empresas estatais também foi superior (29%), seguido pelo da esfera privada (25%) e do funcionalismo público (5%). Em oito greves as reivindicações foram rejeitadas: quatro no funcionalismo público, três na esfera privada e uma em empresa estatal. Fonte: <http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2007> acesso em 15/07/2015).

A partir das informações obtidas neste ano podemos considerar maiores atendimentos das reivindicações no setor público, mais o que é importante observar neste período, esta relacionado a emergência de mobilizações dos trabalhadores na esfera privada, evidenciando a mobilização do setor dos metalúrgicos.

Abordaremos agora um breve balanço das greves realizadas no ano de 2008, este período apresentou um aumento representativo no número de greves, no total foram 411, revelando mobilização dos movimentos sindicais, no processo de luta e reivindicação da redução da jornada de trabalho.

Neste ano temos o maior número de greves realizadas desde 2004, apontando para modificações setoriais no quadro de realização de greves. “Pela primeira vez nos últimos cinco anos, o número de greves realizadas pelos trabalhadores da esfera privada (224) superou o registrado na esfera pública (184). Foram registradas ainda três mobilizações que reuniram trabalhadores de ambas as esferas”. Fonte: <http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2008>). Acesso em 15/07/2015.

Das paralizações desencadeadas em 2008, 116 ou (28%) foram de advertência, assim apresentadas por utilizarem a estratégia de divulgar com antecedência a duração do movimento. De um modo geral, as greves de advertência possuem a característica de suspensão do trabalho por um dia ou por algumas horas do dia, como se evidencia no ano analisado: a maior parte delas (84%) não excedeu esse prazo.

Outro dado que merece atenção é apresentado quando,

Observa-se que a expressiva maioria dos movimentos (69%) possuía caráter propositivo. Porém, reivindicações de caráter defensivo

também tiveram presença significativa, constando de aproximadamente 42% das greves registradas, sendo que 29% colocaram-se contra o descumprimento de direitos e 18% visaram à renovação ou manutenção de condições vigentes. As paralisações de protesto representaram 13% do total e houve um único registro de greve de solidariedade, realizada por trabalhadores da Arcor, fabricante de balas e biscoitos, nas unidades de Campinas e Rio das Pedras (SP), em apoio às reivindicações salariais dos trabalhadores da empresa na Argentina. Fonte: DIEESE.

A pouca verificação de greves de caráter solidário é observada como influencia das modificações organizacionais dos movimentos sindicais, esta prática era muito presente em períodos por volta do início do século XX, sua prática ainda existe mais apresenta significativa redução, voltaremos a este ponto adiante.

Os dados demonstram a força das mobilizações neste ano, revelando uma postura agressiva de tencionamento aos condicionantes de exploração no trabalho, auxiliada pela grande pressão representada pelo grande número de greves, resultando numa relevante modificação setorial de tencionamento, que pode conter importantes elementos explicativos do processo de mobilização sindical.

No ano de 2009 o DIEESE registrou 518 greves é importante ressaltar que esse é o maior número de greves verificadas desde 2004, ano que o SAGE-DIEESE retomou a publicação dos balanços de greves.

Desta forma o total de greves observadas neste ano superou em 26% as paralisações no ano de 2008.

Outro dado importante que estamos observando é a relação de greves no setor público e privado, em 2009 as greves no setor privado continuaram superando as da esfera pública dando continuidade ao quadro apresentado no ano 2008, representado pela inversão dos setores que lideravam o número de greves.

No ano de 2010 foram verificadas 446 paralisações, apresentando um percentual inferior ao ano de 2009 cerca de 14% a menos de greves, entre os dois anos apresentados ocorre um recuo nas greves do setor privado,

Na esfera privada, o recuo do número de greves, entre 2009 e 2010, mostra que este movimento é mais acentuado naquelas com reivindicações defensivas, cujas ocorrências diminuíram de 155 para 84. As greves propositivas diminuíram numa amplitude menor, de 150 registros para 128. Destaca-se, neste movimento, a inversão da situação inicial, em que as greves defensivas ultrapassavam (mesmo que ligeiramente) as greves propositivas: 155 greves contra 150. (Fonte: <http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2010>). Acesso em 15/07/2015.

Em 2010 o número de paralisações no trabalho dentro da esfera privada foi de 176, inferior ao registrado na esfera pública, que foi de 269, podemos observar que houve uma queda de 34% no percentual de greves na esfera privada em relação ao ano de 2009, sendo a esfera industrial a mais afetada pela redução.

De 149 greves realizadas em 2009, reduziu-se para 97 em 2010, observa-se também que dentro da esfera pública cresceu a participação de paralisações no âmbito federal.

Analisando ainda o ano de 2010 podemos perceber um crescimento relevante do PIB, que apresentou um aumento de 7,5 %, tendo como principal fator econômico o crescimento industrial, demonstrando uma taxa percentual de crescimento de 10,4%, e do comércio com índices percentuais de 10,9%.

Influenciando diretamente na taxa de desemprego que segundo “DIEESE nas regiões metropolitanas foi de 11,9%, representando uma queda significativa em relação à taxa de 14,0%, verificada em 2009”. Fonte: (<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2011>). Acesso em 15/07/2015.

Nesse contexto de crescimento da economia e do emprego, 95,6% das negociações observadas pelo DIEESE obtiveram aumentos equivalentes ou acima da inflação avaliada pelo INPC-IBGE. “Do ponto de vista dos setores, os percentuais de negociações da indústria, comércio e serviços com aumentos iguais ou acima da inflação foram, respectivamente, de 97,4%, 96,6% e 92,8%”. Fonte: DIEESE.

O ano de 2011 apresenta um contexto conjuntural desfavorável ao Brasil, os fatores políticos e econômicos desencadeados pela crise nos países europeus, configurarão um quadro inflacionário e elevadas taxas de juros.

Acreditamos necessário está abordagem, para evidenciarmos há influencia dos fatores globais econômicos e políticos, nas localidades no chão de fábrica, que podem ser observados com mais profundidade nos anos posteriores.

Nesse ano “Apesar da redução do crescimento da economia, as negociações coletivas do período mantiveram-se com um número significativo de categorias de trabalhadores - 94,3% - conquistando aumentos iguais ou acima da inflação medida pelo INPC-IBGE”. Fonte: (<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2011>). Acesso em 20/07/2015.

O SAG-DIEESE verificou a realização de 446 greves como já apresentado em 2010 e de 554 em 2011, superioridade numérica de 24% maior que o do ano anterior. Essas avaliações comprovam a tendência da elevação do número de greves observadas desde 2002 – ano cuja ocorrência de movimentos ficou na ordem de 298 registrados, a quantidade mais inferior da primeira década dos anos 2000.

Apresentamos agora uma tabela obtida no site do DIEESE com informações mais detalhadas sobre os anos analisados.

Tabela 4.

**Total de greves nas esferas pública e privada, por setor de atividades
Brasil, 2010 e 2011**

Esfera / Setor	2010 Greves		2011 Greves	
	nº	%	nº	%
Esfera Pública	269	60,3	325	58,7
Funcionalismo Público	234	52,5	296	53,4
Federal	23	5,2	33	6,0
Estadual	87	19,5	145	26,2
Municipal	122	27,4	109	19,7
Estadual e Municipal ⁽¹⁾	2	0,4	8	1,4
Federal, Estadual e Municipal ⁽²⁾	0	0,0	1	0,2
Empresas Estatais	35	7,8	29	5,2
Indústria	18	4,0	15	2,7
Serviços	17	3,8	14	2,5
Comércio	0	0,0	0	0,0
Esfera Privada	176	39,5	227	41,0
Indústria	97	21,7	131	23,6
Serviços	77	17,3	91	16,4
Comércio	1	0,2	3	0,5
Rural	1	0,2	1	0,2
Indústria e Serviços ⁽³⁾	0	0,0	1	0,2
Esfera Pública e Privada⁽⁴⁾	1	0,2	2	0,4
TOTAL	446	100,0	554	100,0

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

Notas: (1) Greves empreendidas conjuntamente por funcionários públicos estaduais e municipais

(2) Greves empreendidas conjuntamente por funcionários públicos federais, estaduais e municipais

(3) Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores dos setores industrial e de serviços

(4) Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores das esferas pública e privada

Como podemos observar nos dois anos as greves registradas no setor público foi superior ao do setor privado, retomando a tendência mais evidenciada no recorte temporal analisado.

Uma informação que não poderíamos negligenciar é o expressivo numero de greves registradas no ano de 2011, 554, maior numero verificado desde 1997, esse intervalo de quatorze anos é considerado como período de estabilidade das atividades de mobilizações e greves em baixo patamar.

Vamos agora abordar aspectos conjunturais em relação ao balanço de greves do ano 2012, “o SAG-DIEESE registrou 873 greves. O resultado confirma a tendência de aumento do número de greves verificada a partir de 2008 como mostra tabela. As informações da série histórica também revelam que o total de greves cadastrado em 2012 é o maior desde 1997”. Fonte: (<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012>). Acesso em 20/07/2015.

Tabela 5.

TABELA 1
Total de greves e horas paradas
nas esferas pública e privada, por setor de atividade
Brasil - 2012

Esfera / Setor	Greves		Horas Paradas	
	nº	%	nº	%
Esfera Pública	409	46,8	65.393	75,3
Funcionalismo Público	380	43,5	63.943	73,6
Federal	37	4,2	7.242	8,3
Estadual	114	13,1	21.463	24,7
Municipal	227	26,0	35.030	40,3
Estadual e Municipal ⁽¹⁾	2	0,2	208	0,2
Empresas Estatais	28	3,2	1.434	1,7
Indústria	12	1,4	580	0,7
Serviços	14	1,6	838	1,0
Comércio	2	0,2	16	0,0
Func. Público e Emp. Estatais⁽²⁾	1	0,1	16	0,0
Esfera Privada	461	52,8	21.223	24,4
Indústria	330	37,8	15.012	17,3
Serviços	123	14,1	5.747	6,6
Comércio	5	0,6	304	0,3
Rural	3	0,3	160	0,2
Esfera Pública e Privada⁽³⁾	3	0,3	242	0,3
TOTAL	873	100,0	86.858	100,0

Fonte: DIEESE. SAG – Sistema de Acompanhamento de Greves

Nota: (1) Greves empreendidas conjuntamente por funcionários públicos estaduais e municipais

(2) Greves empreendidas conjuntamente por funcionários públicos e trabalhadores das empresas estatais

(3) Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores das esferas pública e privada

Obs.: Somatória da duração em horas de cada greve, com limite máximo de oito horas para cada dia de paralisação

É importante ressaltar que neste ano as greves ocorridas no país dentro do setor privado superaram as realizadas no setor público, as paralizações dentro do setor privado foram em sua maioria realizadas no setor industrial.

Na esfera privada as greves com postura propositiva predominaram na indústria, cerca de 67%, as principais demandas apresentadas na esfera privada são representadas pela manutenção do auxílio refeição, demandas relativas a participação de lucros PLR, e reajuste salarial, dentre outras reivindicações podemos evidenciar as relacionadas ao atraso de salários, assistência medica e o não depósito do FGTS.

A tendência de aumento do numero de greves no período abordado, pode ser reflexo dos condicionantes estruturais ou macroeconômicos apontados na análise do ano de 2011, quando a crise na Europa produz reflexos no país, desencadeando aumento inflacionário.

E a alta nas taxas de juros podem ser elementos que influenciaram na criação das principais reivindicações apresentadas no setor privado, o não cumprimento da legislação representado pelas demandas relacionadas a benefícios dos trabalhadores, é muito utilizado pelo empresariado como forma de justificativa, as vicissitudes da economia.

Para encerrarmos está concisa abordagem temporal, do balanço de graves em âmbito nacional, podemos observar uma dinâmica relacionada a fatores estruturais.

O mercado de trabalho nacional, na última década, apresentou comportamento bastante atrelado à dinâmica econômica do país. Após atingir a mais alta taxa de desemprego do período em 2003, os indicadores de emprego e desemprego passaram a apresentar melhora significativa, tendo apenas desviado dessa trajetória em 2008, em virtude dos efeitos da crise financeira internacional. Fonte: (<http://www.dieese.org.br/livro/2012>).

Outro fator importante é considerar a importância do aumento no número de greves, que desde 1997, década da implementação das políticas neoliberais no Brasil, não apresentavam índices elevados, considerado por alguns autores como período de estabilidade.

Esta estabilidade pode estar relacionada a ascensão de um governo de esquerda, e base das principais lideranças sindicais no país, esta discussão merece melhor aprofundamento estamos apenas no momento, refletindo sobre supostas explicações para compreendermos o período de estabilidade nas mobilizações dos trabalhadores.

Outro ponto que queremos destacar é a forte presença de paralizações do trabalho no setor público, este fenômeno pode possuir relação com o intenso processo de redução de postos de trabalho na esfera privada e a implementação das políticas neoliberais.

Apresentamos esta reflexão dentro de uma proposta analítica, cujos fatores da globalização e mundialização do capital já apresentados, podem ter direta relação, a diminuição das greves na esfera privada em relação à pública estatal, supostamente evidenciaria a drástica redução de empregos no campo privado devido aos processos de mecanização e flexibilização da organização da força de mão-de-obra e do mercado de trabalho associado às privatizações.

Estudos revelam que como já mencionado anteriormente que cerca de um milhão de cargos de trabalho foram extintos desde décadas passadas, estaríamos vivenciando significativa onda de desemprego estrutural, promovendo consideráveis transformações na lógica de organização sindical e dos trabalhadores.

A dinâmica de territorialização das greves no que podemos notar perpassa por processos políticos e econômicos evidenciados nos balanços, o modo já apresentado no texto, de estratégias de territorialização praticados no passado por volta do início do século XX, possuíam grande efetividade, as greves de solidariedade as greves em massa representavam grande capacidade de territorializar-se.

A década de 1980 também representa importante momento estratégico em relação a territorialização, grandes movimentos de trabalhadores promoveram greves impactantes, que representavam a força da união dos trabalhadores.

A partir do recorte espacial adotado, representado pelas décadas discutidas no texto, podemos perceber diferentes estratégias de territorialização de greves, pautadas e

influenciadas pelo sindicalismo propositivo, relacionadas com implementação das políticas neoliberais.

Antes de mais nada, é preciso considerar a emergência do sindicalismo de resultado e do sindicalismo propositivo, que tem sua expressão máxima na central Força Sindical. O sindicalismo de resultado e propositivo, por sua essência, afasta os sindicatos da base. Não há necessidade de se debater com os trabalhadores, de conscientizar, de formar politicamente. Ao mesmo tempo, fazem dos sindicatos verdadeiros órgãos de prestação de serviços assistenciais. Fonte: (<http://www.estudosdotrabalho.org>). Acesso 20/07/2015.

As modificações estruturais no sindicato mais recente, evidenciadas na década de 1990, proporcionaram uma mudança brusca na forma de atuação dos sindicatos brasileiros, sendo em sua grande maioria articulados pela postura propositiva, nas greves observadas em Ourinhos, percebemos os reflexos desse fenômeno.

Para iniciarmos nossa discussão em relação à dinâmica de territorialização das greves em Ourinhos, pretendemos apresentar uma breve caracterização da cidade, cuja localização geográfica insere-se na região sudoeste do estado de SP.

Um dos principais fatores de desenvolvimento econômico e expansão urbana da cidade é a base logística ferroviária. “O espaço da cidade de Ourinhos teve como fonte de desenvolvimento o fluxo de passageiros e mercadorias no período cafeeiro pela instalação da estação ferroviária Sorocabana”. (Fonte: <http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/> acesso em 22/07/2015).

O desenvolvimento das estruturas industriais em Ourinhos está diretamente ligado, ao processo de desconcentração industrial do estado de São Paulo, desencadeado em meados do ano de 1970.

Na atualidade podemos observar a existência significativa de unidades industriais na cidade de Ourinhos,

O município de Ourinhos possui atualmente três Parques Industriais (Distritos industriais I – “Dr. Hélio Silva”, II – “Oriente Mori”). O mais recente é voltado para micro e pequenas empresas. O primeiro DI, no oeste do município, foi formado no início dos anos 1980 (gestão de Aldo Matachana Tomé), tem acesso ferroviário e está localizado às margens da rodovia federal Transbrasiliana/BR 153 (ligação do Estado de São Paulo com o norte do Paraná e com Minas Gerais e estados do Centro-oeste). O segundo, à sudeste do município, foi formado na segunda metade dos anos 1990, também com acesso ferroviário e localizado às margens da rodovia Raposo Tavares/SP-270, a primeira rota de integração do oeste paulista com a capital. Fonte: (<http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/> acesso em 22/07/2015).

Dentro do recorte temporal estabelecido podemos notar uma forte presença do setor metal – mecânico, ramo da metalurgia associado neste caso a equipamentos para beneficiamento de grãos.

Neste ponto devemos ressaltar que em geral o interesse industrial das empresas estabelecidas em Ourinhos está fortemente relacionado a seu entroncamento rodoviário e ferroviário, facilitando de maneira significativa o escoamento da produção.

É importante ressaltar também que a presença do setor agrícola, agroexportador é bastante evidenciada na cidade e região, outro ponto que acreditamos importante apresentar e que estabelece relações diretas com a discussão que estamos propondo é prolongada presença da multinacional “Bunge Alimentos”, empresa essa que estabeleceu pioneirismo no ramo algodoeiro e alimentício desde 1950 na cidade de Ourinhos.

Entretanto a partir de modificações promovidas nas estruturas de benefícios fiscais deslocou-se de Ourinhos promovendo a demissão de cerca de, 164 funcionários afetando diretamente também aproximadamente 100 empregos diretos.

Este fato evidencia a facilidade de mobilidade do capital analisada já nas páginas anteriores, cujo mesmo territorializa-se e desterritorializa-se segundo seus interesses.

Passaremos agora a analisar o desenvolvimento das greves em Ourinhos, tendo como principal objetivo relacionar fatores conjunturais no contexto econômico e político e a dinâmica de territorialização das greves na cidade.

Inicialmente apresentaremos a identificação das greves com o objetivo de discuti-las posteriormente, na análise da primeira década estabelecida pela proposta houve, muita dificuldade em encontrar registros de greves no espaço delimitado, não conseguimos identificar manifestações com esse caráter, entretanto esse fato pode estar relacionado com a baixa, ou seja, com as poucas paralizações existentes nesses anos, discutidas anteriormente.

Mais existi a necessidade de aprofundarmos esses estudos, utilizando do acesso a acervos jornalísticos da imprensa local, que demonstram em primeiro momento rígida postura em relação a abertura de seus acervos para estudos.

Com tudo obtivemos informações a partir da imprensa local em sua forma digital, possibilitando a constatação de algumas greves, a partir de 2010, interessante ressaltar que no ano de 2005 evidenciamos uma greve com as seguintes características:

“Sexta-feira, 4 de Março de 2005

2005: um ano que já começa com muitas Da redação

Os estudantes da UNESP de Ourinhos, no noroeste paulista, cansados de estudar amontoados, deflagraram uma greve por tempo indeterminado. “Exigem ampliação dos laboratórios e da biblioteca, lutam contra a falta de professores e reivindicam um campus próprio”. Fonte: (<http://www.pstu.org.br/node/5308>).

Essa notícia evidencia a primeira greve realizada no campus da Universidade Júlio de Mesquita filho UNESP unidade Ourinhos, cuja greve foi desencadeada por alunos, tendo uma característica diferenciada das demais.

A partir de 2010 a observação de paralizações do trabalho nas esferas públicas e privadas na cidade de Ourinhos foi identificada, refletindo as relações conjunturas apresentadas no mesmo ano.

Servidores de Ourinhos realizam paralisação histórica
Escrito por: Felipe Chamorro • Publicado em: 22/04/2010 - 11:44
 Mais de mil servidores públicos municipais e autárquicos realizaram no dia 15, uma paralisação histórica. Pela primeira vez em Ourinhos um prefeito teve que enfrentar uma manifestação como essa do funcionalismo público.
 Fonte: (<http://cut.org.br/noticias/servidores>). Acesso em 20/07/2015.

Esta greve evidencia dois fatores observados na escala nacional, a tendência de elevação numérica de greves na esfera pública no ano de 2010, e o fato de que nesse ano a participação do setor federal teve relevante presença.

Outra greve ocorrida na cidade utilizada como recorte espacial, que evidencia a tendência descrita acima foi a, paralisação dos professores.

Greve dos professores atinge toda região
Adesão em Ourinhos chega a 70%; na região movimento atinge quase 90%. Publicado em 19/03/2010.
 Desde o dia 5 de março, a maioria dos professores do Estado de São Paulo cruzou os braços. O movimento foi decretado, por unanimidade, em assembleia realizada na Praça da República, em São Paulo. Na tarde de quinta-feira, alunos das escolas estaduais fizeram uma passeata pelas ruas do centro de Ourinhos com faixas e cartazes apoiando a categoria. (Fonte: <http://www.diariodeourinhos.com.br/tablet/noticia>). (Acesso em 21/07/2015).

Na segunda metade do ano de 2010 podemos evidenciar reflexos de alguns aspectos conjunturais de escala nacional e global, através da evidenciação de greves na cidade de Ourinhos.

07/12/2010 - 19:39 Atualizado em 07/12/2010 - 19:41
 400 Trabalhadores de usinas da região de Ourinhos enfrentam problemas com fim da safra. Entre as irregularidades estão pagamentos atrasados e a falta de recolhimento de direitos trabalhistas.
 Cerca de 400 trabalhadores de três usinas da região de Ourinhos enfrentam problemas neste fim de safra da cana-de-açúcar. Entre as irregularidades estão pagamentos atrasados e a falta de recolhimento de direitos trabalhistas.
 60 Funcionários da Usina Coraci em São Pedro do Turvo estão com os salários atrasados há dois meses. Quem tem família para sustentar, como Luís Carlos Sebastini, começa a passar necessidade. A greve dos trabalhadores já dura três semanas. Fonte: (<http://tn.temmais.com/noticia>). acesso em 22/07/2015.

Podemos encontrar relações diretas com o processo de flexibilização da organização do trabalho nesta situação, e desregulamentações no mercado de trabalho, fortemente praticadas na esfera pública.

Os trabalhadores são descartados simplesmente, deixados de lado pelo grande produtor, a desregulamentação do mercado de trabalho fomentada mais recentemente pelo processo de implementação de políticas neoliberais, traz um agravante a estas situações de irregularidades, facilmente encontradas neste contexto de trabalho.

O período de 2011 apresenta significativos reflexos da conjuntura global, a crise na Europa como já mencionada, formará um quadro econômico e político muito desfavorável para países como o Brasil.

Nesse ano podemos evidenciar varias greves na cidade utilizada como objeto de estudo, com características diretamente relacionadas a questão econômica.

03/06/2011 | 11h39

Professores E funcionários da ETEC entram em Greve

Na manhã de hoje (3/6), cerca de 80% dos professores e funcionário da ETEC “Jacinto Ferreira Sá” de Ourinhos entram em greve, a expectativa é de que a adesão aumente nos próximos dias podendo até mesmo chegar a 100%, segundo informou o sindicato da categoria. Os professores reivindicam 82% de reposição salarial e os funcionários 97%. Na tarde de anteontem, o governo do Estado anunciou o reajuste salarial de 11% para professores e servidores administrativos do Centro Paula Souza, ou seja, muito abaixo do que eles reivindicam. Os grevistas prometem realizar protesto durante a visita do governador Geraldo Alckmin a 45ª FAPI. Ele participará a abertura da Feira amanhã (4/6), às 20h30. Na região as ETES de Marília, Assis, Bauru e Santa Cruz do Rio Pardo também aderiram a greve.(Fonte: www.ourinhosnoticias.com.br.) acesso em 23/07/2015).

Nesta greve o baixo perceptual de reajuste salarial proposto pelo estado, pode estar associado ao difícil momento econômico que se instala.

27/09/2011 | 16h24

Justiça Federal de Ourinhos está em greve

Os servidores da Justiça Federal de Ourinhos estão realizando 72 horas de paralisação a contar de terça-feira (27/9). O manifesto faz parte de um ato nacional da categoria em repúdio à falta de negociações em prol de aumento salarial. Segundo a base do sindicato dos funcionários da Justiça Federal, os salários estão congelados desde 2006 e não há previsão de aumento. Somado a isso, a votação de um projeto de lei que trata sobre uma nova tabela salarial está parada no Congresso. A nova tabela trará mudanças de até 56% nas referências salariais. Mas, como a categoria não tem reajuste há cinco anos, a defasagem da remuneração atual já é de 30%. Durante a paralisação, apenas os serviços de urgência ou com prazos definidos serão atendidos. Fonte: (<http://www.ourinhosnoticias.com.br/noticia>). Acesso em 23/07/2015.

Outra greve identificada em Ourinhos que possui características associadas com demandas econômicas, demonstrando mais uma vez que a manifestação das relações econômicas ou políticas numa esfera global podem ser observadas em localidades.

O último ano analisado apresenta forte tendência de ocorrências de greves no país, as que foram identificadas na cidade analisada, são representadas pela paralisação dos funcionários de bancos.

As características desse movimento consistem numa agenda nacional praticada pelo sindicato dos bancários, exercendo influencia no recorte espacial observado.

Bancários entram em greve e fecham agências em Ourinhos

Publicado em 19/09/2012. Os bancários de Ourinhos iniciaram na manhã de terça-feira, 18, a greve nacional por tempo indeterminado. O movimento é uma resposta à falta de nova proposta da Federação dos

Bancos (Fenaban) que contemple aumento real nos salários dentre outros benefícios para a categoria. A greve foi decidida em assembleia no último dia 12. Desde então as entidades patronais não entraram em contato e nem fizeram contraproposta após a decisão pela paralisação e a categoria decidiu cruzar os braços. Na noite de segunda-feira, 17, novas assembleias em todo o território nacional definiram a organização do movimento. Fonte: (<http://www.diariodeourinhos.com>). Acesso em 23/07/2015.

Como já mencionado acima as greves identificadas em Ourinhos seguiram a tendência nacional de paralizações, com superioridade na esfera pública, esta análise pode ser evidenciada através de suas manifestações registradas pela mídia digital.

A relação do número de greves no setor público evidenciado em Ourinhos e no contexto nacional, levam a compreensão de que a conjuntura política e econômica representada pelo neoliberalismo diminuiu a combatividade no setor privado.

Os elementos explicativos para esta suposta realidade são embasados nos condicionantes depreciativos inerentes às privatizações principal fato materializado pela implementação das políticas neoliberais, a terceirização e a redução de postos de trabalho configuram um quadro desfavorável ao trabalhador, dificultando sua mobilização.

Além disso, podemos entender que as vicissitudes desencadeadas pela postura política realizada no país desde a década de 1930, construíram condicionantes para estabelecer um controle sobre a forma de tencionamento dos trabalhadores aos ditames do capital.

Percebemos esta intencionalidade a partir do processo de consolidação das leis trabalhistas representados pela CLT, cuja norma legislativa refere-se à lei nº 5.452 de 1943, sancionada pelo presidente em exercício de Getúlio Vargas, no decorrer do período do Estado novo entre os anos de 1937 e 1945.

Será que a CLT juntamente com a institucionalização sindical, prejudica na mobilização dos trabalhadores, acreditamos que sim, pelo fato da evidência do número superior de greves realizadas na esfera pública na cidade de Ourinhos e no âmbito nacional, grande parte do funcionalismo público não faz parte desse regime, os sindicatos dessa esfera de trabalho não são previstos nessa legislação.

Podemos então entender que suas formas estratégias territoriais de greves e organização não perpassam pelas amarras institucionais, demonstrando maior mobilização e número de greves dentro do espaço de estudo delimitado, ou seja, sua territorialização é mais expressiva em Ourinhos.

8. Considerações Finais.

A partir da análise do processo de territorialização das greves na cidade de Ourinhos, afirma-se a necessidade de realizarem-se estudos mais aprofundados com o objetivo de desvendar-se as estratégias de territorialização, inerentes a greves apresentadas e ausentes no presente trabalho, entretanto podemos observar a dinâmica de escalaridade existente entre os fenômenos macros e micros, a interferência da conjuntura nacional e mundial no território local.

A territorialidade realiza-se, como constatado pela apresentação das greves em Ourinhos, entretanto sua efetividade, ou seja, a capacidade de adesão e massificação vem perdendo força.

Os condicionantes para explicação desse processo podem ter relação com a,

Tendência do capital de eliminar trabalho vivo no processo de produção (até para ver-se livre de uma força de trabalho sempre imprevisível, mas, sobretudo, para ampliar os seus ganhos de produtividade vis-à-vis seus concorrentes) e da necessidade de uma demanda final suficientemente dinâmica para realizar a produção no mercado. Fonte: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 23/07/2015.

A flexibilização da produção associada à redução de postos de trabalho, desperta angústia em relação ao futuro do trabalho, sua relação com a mobilização dos trabalhadores demonstra-se intrínseca a partir da análise.

A greve desde seu início foi utilizada como elemento de tencionamento a exploração do trabalho, pela sua força massificadora. Entretanto como evidenciado no estudo realizado em Ourinhos, a grande maioria das greves não possuía esse caráter, de grande adesão, principalmente as realizadas fora da esfera pública de trabalho, podemos relacionar este fenômeno, a intensa fragmentação das unidades de representação sindical, a luta parece que ocorre ditada por ditames verticalizados e distantes.

O que podemos observar é que as formas de territorialização utilizadas no passado pelos movimentos sindicais possuíam grande efetividade, a articulação territorial embasada em propostas horizontais de organização política promoveu a expansão territorial de diversos movimentos grevistas.

Essa articulação territorial ocorria graças, principalmente, à formação de uma rede solidária de entidades sindicais (ligas operárias e federação operária), baseadas largamente em vários princípios anarquistas, como a ação direta e o federalismo, o que proporcionava um maior engajamento das várias categorias de trabalhadores na constituição do que, à época, era conhecida como greve de solidariedade. Fonte: (<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada>). Acesso em 24/07/2015.

Com as inúmeras modificações que ocorreram dentro do processo histórico brasileiro, influenciado pela conjuntura mundial, e o desenvolvimento das estruturas sindicais pautadas

em diferentes formas de organização. Observamos a existencia da dinamica de expansão territorial das greves, como elemento ainda de resistencia do trabalhador, mesmo com as contradições já apresentadas, na estrutura sindical, as greves, e sua postura combativa ainda é aplicavel.

A evidenciação de paralizações dos trabalhadores na cidade de Ourinhos em sua maioria no setor público, possibilitou a constatação do processo de territorialização a partir de elementos verticalizados de organização sindical.

O estudo analitico proposto possibilitou compreender o processo de territorialização das greves a partir de uma perspectiva expansionista, visualizando sua propagação, e através de uma concepção de territorio embasada em condicionantes de apropriação do espaço.

Condicionantes que perpassam as dimensões políticas, culturais e economicas, e possibilitam uma sobreposição de forças, representadas pela greve dos coletores de lixo ocorrida fora da institucionalização sindical, evidenciando a ação de trabalhadores por fora das delimitações burocráticas e legalistas.

Estudar a territorialização de manifestações humanas no espaço fez compreender a enorme importancia que a ciência geográfica possui, entender e observar fenomenos sociais em diferentes escalas é uma possibilidade incrível de aumentar sua compreensão sobre o mundo e o homem, propiciada pela Geografia.

O desenvolvimento do presente trabalho despertou a reflexão sobre algumas questões, que podem ser abordada em futuros trabalhos, uma delas é a necessidade de entender a organizações dos trabalhadores fora das instituições sindicais, fenômeno esse que vem ocorrendo com frequência em nosso tempo.

Outra possível proposta de estudo foi identificada na relação entre o surgimento do sindicalismo propositivo e as politicas neoliberais realizadas no país, pois podemos identificar uma mudança na postura dos sindicatos que nascem nesse contexto, influenciando possivelmente as estratégias políticas e territoriais dos trabalhadores vinculados a esses segmentos.

A ideia de registrar e mapear greves realizadas em escalas mais locais como a cidade de Ourinhos, também nasce nesse contexto de reflexão, pois facilitaria muito a melhor compreensão do fenômeno, e sua correlação com o processo conjuntural.

9. Referências Bibliográficas

ANDRADE, Carlos Drummond de. Antologia poética. 35. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

BOITO JUNIOR, Armando, O sindicalismo de estado no Brasil, Campinas, SP: editora da UNICAMP, 1991.

COSTA, Rogerio H. da (Rogerio Haesbaert), O mito da desterritorialização/ Rogerio Haesbaert. – 2º ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CHENASNAIS, François, A mundialização do capital / tradução Silvana Finiz Foá. – São Paulo: Xama, 1996.

HOBBSBAWN, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSBAWAWN, j. Eric. *A era do Capital, 1848-1975*: Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

MATTOS, Marcelo Badaró, Trabalhadores e sindicatos no Brasil. Editora Expressão Popular, 2009.

PAULA, Amir El Hakin de, A relação entre o estado e sindicato sob uma perspectiva territorial, orientadora Léa Franscisoni – São Paulo 2011.

PATTO, H, S. Maria. *A produção do Fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*, Casa do psicólogo, 2013.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço - Técnica e Tempo. Espaço e Emoção*. 2ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

BRASIL de fato, acesso em, 01/07/2015, fonte: <http://www.brasildefato.com.br/node/29350>.

CBG.ORG. acesso em 22/07/2015, Fonte: <<http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais>>.

CUT. Org. acesso em 20/07/2015. Fonte: <<http://cut.org.br/noticias/servidores>>.

DIARIO de Ourinhos acesso em: 21/072015, <<http://www.diariodeourinhos.com.br/tablet/noticia>>.

DIARIO DE OURINHOS acesso em 23/07/2015, fonte: <<http://www.diariodeourinhos.com>>.

DIEESE acesso em 15/07/2015, Fonte http://www.dieese.org.br/balancodosreajustes/2003/balneg1_2003.

DIEESE, acesso em 15/07/2015, fonte: <<http://www.dieese.org.br/balancodosreajustes>>.

DIEESE, acesso em 20/07/2015, Fonte: <<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2005>>.

DIEESE, acesso em 15/07/2015, <Fonte: <http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2006>>.

DIEESE, acesso em 15/07/2015, Fonte: <<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2007>>.

DIEESE, acesso em 20/07/2015, Fonte: <<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2010>>.

DIEESE, acesso em 20/07/2015, Fonte: <<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2011>>.

DIEESE acesso em 20/07/2015. Fonte: <<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012>>.

ESTUDO do trabalho, acesso em 20/07/2015. Fonte: <<http://www.estudosdotrabalho.org>>.

NOVO negocio acesso em 03/06/2014, <[http:// www.negocio.com.br/](http://www.negocio.com.br) acesso em 15/07/2014>.

OURINHOS NOTICIA acesso em 23/07/2015, Fonte: <www.ourinhosnoticias.com.br>.

OURINHOS NOTICIA acesso em 23/07/2015. Fonte:< www.ourinhosnoticias.com.br>.

PSTU.org acesso em 20/07/2015 Fonte:<<http://www.pstu.org.br/node/5308>>.

SCIELO. BR. acesso em 23/07/2015, Fonte: [http: </www.scielo.br/scielo>](http://www.scielo.br/scielo).

TN NOTÍCIAS, acesso em 22/07/2015, Fonte: <(http://tn.temmais.com/noticia)>.

UNICAMP.br, acesso em 01/10/2015, fonte: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes>.